

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita inicia programa para renegociar dívidas de pessoas físicas e empresas..... 4

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita denuncia golpe do Imposto de Renda..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo dará desconto em dívidas de IR e CSLL..... 6

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - F MOTORS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de impostos: quem pode?..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Meta fiscal para 2024 e 2025 já está na mesa, afirma Simone Tebet..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Tebet não descarta mudar metas de 2024 e 2025..... 9

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad faz apelo por pacto na economia..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Divergências entre Haddad e Pacheco..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad cobra pacto entre Poderes após Pacheco desidratar MP..... 15

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad pede pacto entre os três poderes após decisão de Pacheco..... 17

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo adia julgamento de recurso sobre a revisão da vida toda do INSS..... 18

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Adiado julgamento sobre a revisão da vida toda..... 19

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto obriga assinatura física para liberar empréstimo - COLUNA DO APOSENTADO..... 20

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Empregador doméstico não pode mais 'abater' INSS do trabalhador no IR e deixa de deduzir R\$ 1,4 mil ao ano..... 21

Quarta-Feira, 3 de Abril de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Seletivo, um tributo em atitude suspeita - LU AIKO OTTA..... 23

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda diz que grandes empresas pagam zero de IR..... 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária, heranças e doações: o que era ruim está prestes a piorar..... 26

MEIO NORTE - TERESINA - PI - BRASIL NA PAUTA
ECONOMIA

Desenrola já renegociou R\$ 37,5 bilhões e agora tem novo prazo - JOSÉ OSMANDO..... 29

O DIA - TERESINA - PI - EM DIA
ECONOMIA

Desenrola: governo federal prorroga até 20 de maio - VALMIR FALCÃO..... 30

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sonegadores na mira..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto de IR traz mudanças para empresas..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Eficiência tributária e alocações em FIDO - PALAVRA DO GESTOR..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar fica estável em dia de ação do Banco Central..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

'Ideal é que servidor atinja topo da carreira em 20 anos', defende Dweck..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado de capitais bate nível recorde no crédito a empresas..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ex-diretores veem peso de transição nos juros..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Meta de inflação não fecha com Selic a 9% e desarranja câmbio"..... 45

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Previsão sobe para 1,89% neste ano..... 46

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Banco Central faz intervenção no dólar..... 47

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Focus mantém previsão de 9%..... 48

Quarta-Feira, 3 de Abril de 2024

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Projeção do PIB aumenta e da inflação é mantida 49

Receita inicia programa para renegociar dívidas de pessoas físicas e empresas

O governo federal abriu na segunda-feira a edição deste ano do programa Litígio Zero, que renegocia dívidas com a **Receita Federal**. O objetivo é oferecer a pessoas físicas e empresas possibilidade de desconto e longo prazo de parcelamento. O programa vai até o dia 31 de julho deste ano. No caso de pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, o teto é de R\$ 84,7 mil, o equivalente a 60 salários mínimos. Para médias e grandes empresas, o teto é de até R\$ 50 milhões. No ano passado, o programa conseguiu recolher R\$ 5,6 bilhões aos cofres públicos.

As dívidas que podem ser renegociadas incluem contribuições sociais das empresas e as contribuições sociais dos empregadores domésticos que são alvo de contestações (administrativa na Receita ou na Justiça) dos credores. O processo pode ser feito pelo site: cav.receita.fazenda.gov.br.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Receita denuncia golpe do Imposto de Renda

Gustavo Silva

Nos últimos anos houve uma onda crescente nas ameaças cibernéticas, e, na temporada de declaração de Imposto de Renda, não é diferente.

Poucos dias após a abertura, a **Receita Federal** emitiu um alerta informando que aplicativos falsos estavam circulando pelas lojas dos dispositivos - como a Google Play e a Apple Store.

Apesar da similaridade visual com o aplicativo legítimo do órgão, os fraudulentos servem apenas para roubar os dados sensíveis que são fornecidos pelo usuário.

Esse aplicativo falso solicita todos os dados pessoais como nome completo, CPF, endereço, fontes de renda, investimentos, patrimônio e outros. Todas as informações da vida do usuário ficam à disposição de um aplicativo malicioso. Com esses dados fornecidos pelo próprio indivíduo, é difícil comprovar que não foi ele quem efetuou uma transação ou autorizou uma compra, por exemplo.

Rodrigo Rocha, Gerente de Arquitetura de Soluções da Compugraf, empresa de tecnologia focada em redes, segurança da informação e gerenciamento integrado de riscos, explica que ter dados pessoais expostos dessa forma é um ponto crítico.

Apesar da criatividade dos criminosos, que desenvolvem aplicativos cada vez mais similares aos legítimos, o especialista detalha como identificar uma fraude na loja do dispositivo.

- Se atentar a quem é o desenvolvedor do aplicativo, quantos downloads foram realizados e quantas avaliações tem são algumas das alternativas.

Mas a principal maneira de garantir que está baixando um aplicativo oficial é fazer o download ou acessar o link diretamente do site da **Receita Federal** - afirma.

Além dos aplicativos falsos disponíveis, os criminosos também tentam acessar dados sensíveis por meio do phishing, que seria o envio de e-mails falsos no intuito de induzir o download fraudulento ou ao clique em links maliciosos.

- O e-mail é uma porta de entrada para os atacantes, pois é possível massificar a ação por meio de um disparo.

Têm acontecido casos em que enviam um e-mail informando sobre uma restituição disponível ou solicitando mais algum dado, sugerindo que a pessoa caiu na malha fina.

A recomendação é sempre a de não clicar em nenhum link recebido e fazer todos os processos no site ou aplicativo oficial da Receita - completa.

Apesar da sazonalidade, o especialista em cibersegurança reforça que esse tipo de golpe, que rouba os dados do usuário, pode ser aplicado durante o ano todo, e é necessário redobrar a atenção com a caixa de entrada.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Governo dará desconto em dívidas de IR e CSLL

Lu Aiko Otta De Brasília

O governo federal dará desconto de até 80% nas dívidas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) decorrentes do abatimento, na base de cálculo desses **tributos**, de subvenções para custeio concedidas por governos estaduais. As empresas que utilizaram esses benefícios poderão aderir a um programa de autorregularização da **Receita Federal**, que será aberto no próximo dia 10. Uma instrução normativa sobre o tema deverá ser publicada hoje, no Diário Oficial da União.

Para os períodos até o ano-calendário de 2022, o prazo de adesão vai até o dia 30 deste mês. As empresas poderão apresentar declarações retificadoras até o dia 31 de maio. Para o ano de 2023, o prazo para as duas etapas começa no dia 10 e vai até 31 de julho, segundo fonte a par das discussões.

As empresas deverão preencher um formulário no portal e-CAC e informar o valor a ser regularizado. O desconto de 80% é dado se a dívida for parcelada em até 12 vezes. Existe a opção de pagar uma entrada em cinco prestações e o restante em 60 vezes, com desconto de 50%, ou 84 vezes, com desconto de 35%.

São condições bastante vantajosas, destacou um integrante do governo. No entanto, trata-se de uma espécie de "última oportunidade" para regularizar esses débitos. Depois de 31 de maio, as empresas que se encontrarem em situação irregular serão alvo de fiscalização. Nesse caso, a multa de ofício começa em 75%.

"Somos gatos na autorregularização, mas depois do dia 31 de maio seremos leões", disse um técnico.

Há empresas que já estão sob fiscalização. Porém, a lei abriu uma exceção para que, mesmo nesse caso, seja possível fazer a autorregularização.

Será dada uma nova oportunidade de regularização mais adiante, com um edital de transação da Receita para esses casos, disse a fonte que acompanha o tema. No entanto, a negociação partirá de uma dívida maior.

A criação de um freio para que empresas parassem de

abater de suas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as subvenções estaduais com custeio foi uma das principais batalhas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no ano passado. O uso desses benefícios reduziu a base tributável em R\$ 149 bilhões em 2022 e ameaçava bater nos R\$ 200 bilhões no ano passado. O tema foi regulado na Medida Provisória (MP) nº 1.185, depois convertida na Lei nº 14.879, de 2023.

Algumas empresas recorreram à Justiça contra a nova legislação. Algumas obtiveram liminares favoráveis, conforme já noticiou o Valor. No entanto, o governo diz que vem obtendo vitórias nos tribunais e, por essa razão, técnicos acreditam que a lei já surte efeito na arrecadação, com empresas fazendo menor uso desses benefícios - ainda não há números a respeito.

O governo contava com R\$ 35,3 bilhões com o novo tratamento às subvenções estaduais. No entanto, como a MP foi modificada no Congresso Nacional, o impacto esperado para este ano é de R\$ 25,9 bilhões.

Esses valores, porém, se referem ao fluxo, ou seja, ao recolhimento tributário a partir deste ano. A arrecadação sobre o estoque, que ocorrerá a partir do início da autorregularização, não foi estimada e não consta das estatísticas fiscais deste ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831>

Isenção de impostos: quem pode?

Muita gente não sabe, mas existe uma legislação que isenta pessoas com deficiência (PCDs) ou doença grave de **impostos** relacionados ao automóvel, como IPI, ICMS e IOF. É a Lei Federal nº 8.989/95, que trata da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Dentre as regras, existe a do valor máximo do veículo, até R\$ 200 mil. As novas regras também incluem opcionais instalados na fábrica, porém não permitem acessórios obtidos na concessionária e instalados após o faturamento. O automóvel deve ter, no mínimo, quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movido a combustível de origem renovável, sistema híbrido e elétricos ou de combustão. Passo a passo O motorista ou o responsável legal precisa obter um laudo médico, feito por uma clínica credenciada pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Para motoristas habilitados, é necessário solicitar uma nova Carteira Nacional de Habilitação (CNH), identificando que o condutor só pode dirigir veículos adaptados.

No caso de um responsável legal para ser o condutor, será preciso uma declaração de identificação do condutor na **Receita Federal**. Com todos os documentos em mãos, as isenções do IPI e do IOF podem ser feitas pelo site da **Receita Federal**. O processo é online e pede cópias das duas últimas declarações do Imposto de Renda e comprovante de regularidade de contribuição do **INSS**.

Após esse processo é que é Pessoas com deficiência ou com doenças graves podem dar entrada para a compra de veículos com desconto possível requisitar uma carta do vendedor com o valor do veículo para o cálculo do ICMS. O próximo passo é ir à Secretaria da Fazenda do seu estado para pedir a isenção do ICMS em posse de todos os documentos anteriores. Vale destacar que as concessionárias não podem impor qualquer tipo de dificuldade ou burocratizar a compra do veículo. "Caso aconteça algum embargo por parte da empresa, é uma conduta ilegal. Em caso de não cumprimento, cabe a denúncia no Ministério Público, no Procon ou entrar com o processo na justiça", explica a professora de direito constitucional e tributário Anna Priscylla Prado. Após a compra do veículo, é possível pedir a isenção do IPVA. Com a nota fiscal, o requisitante pode acessar o site do Detran. O último passo é obter o cartão de estacionamento para vagas especiais.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/hdrh/#p=1>

Meta fiscal para 2024 e 2025 já está na mesa, afirma Simone Tebet

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que está na mesa a rediscussão das metas fiscais de 2024 e 2025, que são, respectivamente, de zerar o déficit primário e fazer superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Ela explicou que a meta deste ano vai depender de uma reavaliação que será feita "mês a mês", enquanto a do próximo ano será decidida na semana que vem pelo governo e dependerá, principalmente, de as medidas de receitas serem suficientes para garantir um superávit.

As declarações foram dadas após evento para lançamento do livro sobre o Plano Plurianual (PPA) de 2024-2027. "O que eu posso adiantar é que está na mesa a discussão da meta 24 e 25, a rediscussão. Vamos bater os números", afirmou Tebet, ao ser questionada sobre o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. É este documento que traz a meta a ser perseguida pelo para as contas do governo central.

Sobre a meta fiscal deste ano, a ministra inicialmente disse que a meta também está sendo rediscutida. Depois, ponderou que é uma "avaliação mês a mês" e que o governo terá um cenário mais claro sobre o resultado em maio, quando será feita uma nova avaliação do andamento das receitas e despesas do Orçamento de 2024.

"Há uma série de questões que nós não incluímos no relatório bimestral de março", que nós vamos ter que incluir no segundo relatório. Em maio vamos ter a visão real do que vai acontecer em 2024. Antes disso, não", afirmou. Ela reforçou que as receitas têm tido um comportamento neste início de ano superior ao esperado e que é preciso ver se o desempenho se mantém.

Tebet relatou que deve receber até esta quarta-feira da **Receita Federal** os dados de receita para 2025. A partir dessas informações, o Ministério do Planejamento e Orçamento terá informações mais precisas sobre a manutenção ou não da meta de superávit.

Pelo lado da receita, a ministra disse ter a impressão que as medidas já estão se exaurindo. Por isso, não se comprometeu com a manutenção da meta de 0,5% de superávit. "Eu, liberal que sou, queria manter 0,5%

positivo. Vamos colocar na mesa receitas e despesas. Se a conta não der 0,5% do **PIB**, vamos levar para a JEO [Junta de Execução Orçamentária] decidir o que fazer. Se receitas não vierem como esperamos, vamos ter que rediscutir a meta de 2025", completou, ao ser indagada se a revisão da meta era uma das alternativas.

A reunião da JEO que baterá o martelo sobre a meta de 2025 acontecerá na próxima semana. A junta reúne os ministérios da Fazenda, Planejamento e Orçamento, Gestão e Casa Civil.

"Se receita não vier como esperamos, vamos rediscutir a meta de 2025" Simone Tebet

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187831?page=1§ion=1>

Tebet não descarta mudar metas de 2024 e 2025

GIORDANNA NEVES AMANDA PUPO BRASÍLIA

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que ainda não tem os números de projeção de receitas fechados para afirmar se o governo poderá ou não manter a meta de fazer um superávit (saldo positivo) de 0,5% do **PIB** em 2025.

Segundo ela, a expectativa é de que os dados sejam entregues pela Fazenda ao Planejamento ainda nesta semana. O alvo fiscal precisa ser proposto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a ser enviado ao Congresso dia 15 de abril.

"O que eu posso adiantar - que é o que o (Fernando) Haddad já adiantou - é que está na mesa a discussão da meta de 2024 e 2025, a rediscussão", disse.

Questionada se, além do alvo para 2025, a meta de déficit zero deste ano também poderia ser revisada, Tebet tentou se corrigir: "Não, não está sendo rediscutida (a meta de 2024); só afirmei que, na meta deste ano, "A" menos "B" tem de dar zero, é mês a mês que a gente vai avaliar", disse a ministra, após participar do encerramento do Seminário Internacional de Boas Práticas de Planejamento de Médio e Longo Prazo, em Brasília.

"Por enquanto estamos com (déficit) de 0,1% (do **PIB**) sem uma série de questões que nós não incluímos, que vamos ter de incluir no Orçamento no segundo relatório (bimestral). Lá para maio vamos ter uma visão real do que vai acontecer em 2024", afirmou.

"A (receita) menos B (despesa) para 2025 tem de dar superávit de 0,5% (do **PIB**). Se não der, vamos com muita clareza levar isso para a Junta de Execução Orçamentária (JEO) e dizer: os números não batem, ou nós vamos rever meta, ou não vamos rever meta. O que vamos fazer? Vamos enfrentar assim mesmo? Vamos rediscutir meta de 2025 e 2026? Aí é uma decisão que só a Junta vai tomar", disse.

Ainda sobre o PLDO de 2025, Tebet disse que espera fazer uma reunião com sua equipe na sexta-feira, para que um encontro da JEO possa ser marcado para a próxima semana.

"Com os números fechados, vamos ter a realidade na nossa porta, se conseguiremos manter 0,5% de

superávit ou não", declarou, destacando que, enquanto o Ministério da Fazenda tem os números relativos à receita, sua pasta é responsável pelos dados de despesa.

"Vamos bater os números.

Ele só tem um número, eu só tenho outro. Esse casamento precisa acontecer."

REVISÃO DE GASTOS. Tebet também confirmou que vai incluir no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) um anexo com diretrizes para revisão de gastos, como mostrou o Estadão. Ela reforçou que é preciso avançar na discussão orçamentária sob a ótica da despesa e disse que as alternativas para aumentar receitas já estão se "exaurindo".

"Já está se exaurindo o aumento do Orçamento brasileiro pela ótica da receita, passar disso significaria aumentar imposto.

(...) Há ainda outra medida pela ótica da receita? Só o ministro Haddad pode dizer, eu não posso adiantar. O que precisamos colocar para rodar é a esteira sob a ótica da despesa.

O que cortar, como cortar." A ministra reforçou que o anexo sobre revisão de gastos será uma diretriz à execução do Orçamento e poderá ser revisto posteriormente. "Essa lista (de revisão de gastos) não precisa vir especificamente; ela precisa ser norteadora daquilo que precisamos fazer e quais são as despesas que estão comprimindo mais o espaço das despesas discricionárias (não obrigatórias). Ela vem com projeção de que se nada for feito em determinado momento não vamos ter recursos para despesas discricionárias." A discussão sobre a agenda de revisão de gastos vai ser levada à reunião da JEO na semana que vem. Segundo a ministra, a ideia é que este anexo contenha uma análise clara do impacto de despesas com, por exemplo, pisos da Saúde e da Educação, Previdência e **servidores públicos**.

Como mostrou o Estadão, o governo pretende incluir no PLDO de 2025 uma estimativa de economia com a revisão de despesas de benefícios ligados ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

"Já está se exaurindo o aumento do Orçamento brasileiro pela ótica da receita, passar disso significaria aumentar imposto (...).

O que precisamos colocar para rodar é a esteira sob a ótica da despesa" Simone Tebet Ministra do Planejamento

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad faz apelo por pacto na economia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez ontem defesa de um pacto entre os poderes da República a respeito das contas públicas. O pedido foi feito no dia seguinte à decisão do presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de derrubar a reoneração da folha de pagamento dos municípios.

Isso porque passaria a ser aplicada, desde ontem, a reoneração prevista na Medida Provisória (MP) 1.202, que retoma a alíquota de contribuição previdenciária das prefeituras de 8% para 20%. Em despacho, Pacheco prorrogou a MP por mais 60 dias, mas decidiu não estender o dispositivo sobre os municípios. O impacto nos cofres federais foi estimado por Haddad em R\$ 10 bilhões. Inicialmente, o Ministério da Fazenda projetou R\$ 4 bilhões para este ano, mas não havia mapeado a repercussão sobre os próximos exercícios.

Em reação à decisão de Pacheco, Haddad enfatizou que há um esforço grande sendo feito para pôr "ordem nas contas", mas ponderou que as perguntas sobre impactos fiscais não devem ser endereçadas apenas ao Executivo.

- Precisamos de um pacto nacional dos três poderes para chegarmos aos objetivos pretendidos na área econômica. Não vai ser um ministério ou um poder da República que vai resolver a herança herdada do governo anterior - disse o ministro.

Questionado sobre eventual mudança na meta de resultado primário em meio às propostas discutidas no Congresso, Haddad disse que precisará fazer um balanço do que será aprovado em abril.

- Você fixa uma meta de resultado primário e encaminha as leis que vão dar consistência para essa meta. O trabalho que estamos fazendo junto ao Congresso é no sentido de convencer os parlamentares de que precisamos encontrar fontes de financiamento para as despesas criadas - disse.

Negociação O ministro citou, por exemplo, que o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o programa Bolsa Família e o piso da enfermagem foram criados sem fontes de receita compensatória.

Na semana passada, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), apresentou proposta alternativa à desoneração da folha de pagamento dos

municípios, além do fim gradual do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O novo texto limita o benefício a cidades com até 50 mil habitantes e receita líquida per capita de até R\$ 3.895. Haddad disse acreditar na aprovação do projeto, mas reconheceu que será preciso negociação. Ontem, Pacheco disse estar aberto ao diálogo.

Pressões e reações

Em sua decisão, Rodrigo Pacheco disse que mudança na desoneração da folha, tanto de setores quanto de municípios, deve ser veiculada por meio de projeto de lei.

E destacou que "o poder de editar medidas provisórias não pode ter o condão de frustrar (...) decisão (...) do Poder Legislativo no processo de formação de uma lei, funcionando como uma etapa adicional e não prevista do processo legislativo, de verdadeira revisão da rejeição do veto, em evidente conflito com o princípio da separação dos Poderes, entendimento também referendado pelo Supremo Tribunal Federal".

Em MP em dezembro, o governo havia determinado o fim do então novo regime especial de previdência para municípios e do Perse.

O Perse é um programa emergencial para retomada do setor de eventos criado durante a pandemia.

Diante da resistência de deputados e empresários, contudo, Fernando Haddad decidiu negociar um projeto de lei com um meio-termo, assim como ocorreu no caso da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia.

O projeto da desoneração dos municípios limita esse benefício a cidades com até 50 mil habitantes e receita líquida (RCL) per capita de até R\$3.895.

A alíquota de contribuição previdenciária seria de 14% este ano, 16% em 2025 e 18% em 2026. Essa alíquota era de 20% até ser reduzida a 8% pelo Congresso no ano passado.

Também há possibilidade de parcelamento das dívidas das prefeituras com a **Receita Federal** em até cinco anos, com redução de até 70% nos juros e multas.

O governo, porém, não encaminhou nenhum novo ato para revogar os trechos da MP sobre esses temas, como foi feito com a reoneração dos setores - e,

portanto, as novas regras estariam em vigor durante a tramitação dos projetos no Congresso.

Pacheco já havia prometido a prefeitos que não deixaria a reoneração prevalecer. Ao fim, caso o governo não tomasse posição, caberia a ele rejeitar esse trecho específico da MP.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240403&edicao=29933>

Divergências entre Haddad e Pacheco

» **ÂNDREA MALCHER** » **ALINE BRITO** » **FERNANDA STRICKLAND**

O impasse entre Executivo e Legislativo e torno da tributação da folha de pagamentos parece estar longe do fim. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a apelar para que os Três Poderes encontrem, juntos, opções que compensem a perda de R\$ 10 bilhões com a desoneração da folha dos pequenos municípios.

Ao comentar a decisão do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de deixar caducar o trecho da medida provisória editada em dezembro do ano passado que eleva de 8% para 20% a contribuição de pequenas prefeituras para a **PREVIDÊNCIA SOCIAL**, Haddad se queixou por não ter sido consultado e disse que será necessário encontrar fontes de receita para cumprir o orçamento deste ano.

Pacheco, por sua vez, afastou uma crise entre os poderes, mas frisou que sempre foi contra a oneração.

"A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu em 2022. Temos que respeitar o tempo do Congresso, mas temos de nos sensibilizar para o problema. O papel da Fazenda é dar um norte sobre como arrumar [as contas públicas]. Precisamos fixar uma meta e buscar", declarou Haddad.

Ao ser questionado por jornalistas, o ministro da Fazenda comentou que Pacheco não teria sinalizado a ele a intenção de revogar a proposta de reoneração dos municípios, enviada pelo Poder Executivo no fim do ano passado. Quem o informou foi o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Na última segunda-feira, Pacheco decidiu prorrogar por mais 60 dias a Medida Provisória nº 1.202/2023, mas decidiu que o dispositivo específico sobre a reoneração dos municípios será desconsiderado.

Além dos municípios, a MP previa a reoneração de 17 setores da economia que tiveram a desoneração prorrogada por projeto de lei aprovado no fim do ano passado. Outros dispositivos, foram a suspensão do programa de incentivo fiscal ao setor de eventos e o limite das compensações feitas por empresas com crédito tributário.

Em resposta a Haddad, Pacheco ressaltou que a modificação da medida provisória não vai abalar a relação com o governo.

Ele explicou que sua decisão buscou preservar a segurança jurídica.

"Queria fazer um importante esclarecimento do nosso bom alinhamento com o governo federal, em especial com o Ministério da Fazenda e com o ministro Fernando Haddad. Isso não abala a relação que estabelecemos e que foi muito proveitosa no ano de 2023", disse. "Não há nenhum tipo de afronta [ao governo federal], nem de irresponsabilidade fiscal", disse a jornalistas em coletiva de imprensa.

Pacheco argumentou que a manutenção da desoneração dos municípios ocorreu para preservar a segurança jurídica.

"Na iminência da vigência, havia uma obrigação de nossa parte de evitar uma insegurança jurídica manifesta", disse.

O presidente do Senado esclareceu que, caso a medida fosse mantida, os municípios passariam por um período de três meses com uma alíquota de 8%.

Após esse período, haveria 60 dias de vigência da medida provisória com uma alíquota de 20%. Ao fim dos 60 dias, a alíquota voltaria a ser de 8%. "Vamos ter três, quatro modelos distintos tributários por causa da instabilidade gerada por uma medida provisória." O líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido - AP), por sua vez, pontuou que o governo vai avaliar a possibilidade de judicializar o debate sobre a desoneração.

O governo defende uma reoneração gradual dos 17 setores da economia, do setor de eventos e a revogação do benefício para os municípios. Após intensa negociação com o Legislativo e outros representantes, a equipe econômica de Lula concordou em manter a desoneração para os setores da economia, mas aumentou a porcentagem para a folha de pagamento das prefeituras.

Randolfe reiterou que a decisão de Pacheco não foi conversada e observou que poderia ter ocorrido um "eventual ruído de comunicação" entre o Legislativo e o Executivo, mas que o governo segue aberto à negociação.

"Ao fim, tem uma conta que precisa ser fechada. O governo está à disposição para debater tudo com todos, sobretudo sobre desoneração da folha, sobre desoneração dos municípios, mas precisamos fechar a conta. O equilíbrio fiscal é responsabilidade de todos os brasileiros, é responsabilidade do Executivo, mas também do Congresso Nacional", declarou Randolfe.

Diante da divergência, o senador disse que o governo vai avaliar uma possível judicialização para chegar a um acordo sobre a desoneração. "O governo tem instrumentos para debater, inclusive sobre o mérito, e o governo ainda vai avaliar eventual debate jurídico. O governo reconhece as prerrogativas do presidente do Congresso Nacional e o governo vai restabelecer os diálogos, vai continuar conversando. Ao fim, os projetos estão na Câmara e o governo está à disposição para ajustar, debater e melhor adequar", reiterou Randolfe.

"A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu em 2022" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Haddad cobra pacto entre Poderes após Pacheco desidratar MP

RENAN MONTEIRO, GERALDA DOCA E
CAMILATURTELLI BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem pela manhã um "pacto" entre Executivo, Legislativo e Judiciário para atingir as metas de ajuste nas contas públicas. A fala ocorreu um dia depois de o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidir manter uma alíquota menor do imposto cobrado sobre a folha de pagamento das prefeituras. Haddad disse que não foi procurado previamente e citou o impacto de R\$ 10 bilhões nas contas do governo federal.

-Precisamos de um pacto nacional dos Três Poderes, uma harmonia, para a gente chegar aos objetivos pretendidos na área econômica -disse o ministro. -A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes.

A decisão de Pacheco, na prática, mantém a desoneração da folha para municípios com até 156 mil habitantes, que havia sido revogada pela medida provisória. Assim, esses municípios continuam pagando 8% sobre a folha, em vez de 20%. Agora, o governo vai discutir esse tema por projeto de lei que já foi enviado ao Congresso e prevê uma reoneração gradual das prefeituras.

- Você fixa uma meta de resultado primário (das contas públicas, a diferença entre receitas e despesas, sem contar gasto com juros) e encaminha leis que vão dar consistência a essa meta. O trabalho junto ao Congresso é para convencer que precisamos encontrar fonte de financiamento das despesas criadas -disse Haddad.

Para organizar as contas públicas, disse Haddad, o governo federal "depende muito do Supremo Tribunal Federal (STF)" nos julgamentos que estão sendo feitos e fala em "sensibilizá-los sobre a questão das contas públicas".

- O mesmo trabalho tem que ser feito na Câmara e no Senado -acrescentou.

A decisão do presidente do Senado causou um mal-estar entre os integrantes da equipe econômica. Segundo técnicos da pasta, o ministro Haddad foi surpreendido com o ato de Pacheco, anunciado

anteontem.

"NÃO ABALA RELAÇÃO"

Um dos argumentos da Fazenda é que a desoneração não estaria prevista no Orçamento deste ano. Integrantes da pasta afirmam que seguirão com a pauta econômica do Congresso, como a regulamentação da **Reforma Tributária**, por exemplo, e ainda não têm uma alternativa para cobrir o desfalque nas receitas com as contribuições previdenciárias por parte das prefeituras.

Auxiliares de Pacheco, por sua vez, afirmam que Haddad foi informado indiretamente sobre o ato do presidente. O assunto foi tratado durante almoço na semana passada entre Pacheco, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Aliados do presidente do Senado afirmam que o Congresso vinha cobrando uma solução para o tema porque o governo não revogou o trecho da MP que derrubou a desoneração. Assim, os municípios continuavam pagando um valor maior para o **INSS**. A pressão política das prefeituras no Congresso, em ano eleitoral, pesou na decisão de Pacheco.

Ao manter a desoneração, Pacheco fez críticas ao governo, afirmando que uma "MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo". Ontem, o presidente do Senado disse estar alinhado com o governo.

- Eu queria primeiro fazer um importante esclarecimento do nosso bom alinhamento com o governo federal, em especial com o Ministério da Fazenda. Isso não abala a relação que nós estabelecemos, inclusive muito proveitosa no ano de 2023, com aprovações importantes. Todos os projetos com o Ministério da Fazenda foram muito bem recebidos, e os aprovamos conscientes da importância deles para o desenvolvimento do Brasil, para o equilíbrio das contas públicas -afirmou Pacheco.

"RUÍDO DE COMUNICAÇÃO"

Pacheco afirmou que sua decisão buscou garantir segurança jurídica porque o aumento de 8% para 20% na alíquota de contribuição previdenciária na folha salarial dos municípios passaria a valer a partir de segunda-feira.

-Não há nenhum tipo de afronta, nenhum ato de irresponsabilidade fiscal - acrescentou.

Randolfe, por sua vez, afirmou que houve um "ruído de comunicação" e admitiu a possibilidade de o governo judicializar a questão: -Talvez tenha tido algum ruído de comunicação, mas nada que comprometa a relação que o governo tem, seus líderes têm, com o presidente Pacheco.

"Precisamos de um pacto nacional dos Três Poderes, uma harmonia, para a gente chegar aos objetivos pretendidos na área econômica" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad pede pacto entre os três poderes após decisão de Pacheco

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu um pacto entre os Poderes para encontrar opções que compensem a desoneração de R\$ 10 bilhões da folha de pagamento de pequenos municípios. Ele comentou a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de deixar caducar o trecho da medida provisória editada em dezembro do ano passado que reduz de 20% para 8% a contribuição de pequenas prefeituras para a **Previdência Social**.

"A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu [nas contas públicas] em 2022. Temos que respeitar o tempo do Congresso, mas temos de nos sensibilizar para o problema. O papel da Fazenda é dar um norte sobre como arrumar [as contas públicas]. Precisamos fixar uma meta e buscar", declarou Haddad.

No fim da tarde de segunda-feira, Pacheco decidiu não estender por 60 dias o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202 que derrubava a desoneração das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (**INSS**) pelas prefeituras. Editada nos últimos dias de 2023, a MP também pretendia reonerar a folha de pagamento para 17 setores da economia.

Haddad disse não ter sido avisado por Pacheco da decisão. O ministro da Fazenda disse que o presidente do Senado tratou do tema exclusivamente com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Para mim, não [Pacheco não avisou]. Ele conversou com o ministro Padilha. O ministro Padilha me ligou, mas eu não havia conversado sobre isso com Pacheco", respondeu Haddad.

Como parte do acordo fechado em fevereiro, o governo protocolou, na semana passada, um projeto de lei na Câmara dos Deputados para disciplinar o tema e reduzir a ajuda aos pequenos municípios. No entanto, o texto está parado porque o Congresso discute a janela partidária, mudança de partidos pelos parlamentares antes das eleições municipais de outubro. Sem a perspectiva de uma votação tão cedo, Pacheco revogou o trecho da medida provisória.

Com a revogação, o governo terá de encontrar uma alternativa para reforçar o caixa em R\$ 10 bilhões em 2024. Outra opção seria recorrer ao Supremo Tribunal

Federal para questionar a legalidade da lei aprovada no fim do ano passado que prorrogou a desoneração da folha para 17 setores da economia e estendeu a ajuda aos pequenos municípios, mas não previu recursos para compensar as medidas.

Perse A medida provisória que revogou o projeto de lei também prevê a revogação gradual do Perse, programa de ajuda a empresas do setor de eventos afetada pela pan-demia. O tema também foi transferido para um projeto de lei.

"O Perse é um problema. A desoneração da folha é um problema. A questão dos municípios é um problema. Eu sempre digo. Você fixa uma meta de resultado primário e encaminha as leis que vão dar consistência para essa meta. E o trabalho que nós estamos fazendo junto ao Congresso é no sentido de convencer os parlamentares de que nós precisamos encontrar fonte de financiamento das despesas criadas", destacou Haddad ao reiterar o pedido de pacto entre os Poderes.

Meta fiscal O governo precisa de R\$ 168 bilhões em receitas extras para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. Haddad pediu que a pergunta sobre a busca da meta fiscal seja feita também ao Legislativo.

"O importante é que essa pergunta não tem que ser uma questão só do Executivo. Eu sei que vocês às vezes estão constrangidos em fazer as perguntas às pessoas que têm responsabilidade, mas isso é um pacto que tem que ser feito nos Três Poderes", respondeu Haddad. (Agência Brasil)

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/03-04-2024-edicao-24799/>

Supremo adia julgamento de recurso sobre a revisão da vida toda do INSS

Brasília - O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), adiou o julgamento do recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) contra a chamada "revisão da vida toda" das aposentadorias, marcado inicialmente para esta quarta-feira (3). Segundo a assessoria do tribunal, o adiamento foi realizado a pedido do relator, ministro Alexandre de Moraes. Em seu voto, ele foi favorável aos aposentados. Não há previsão para o tema voltar à pauta.

No mês passado, o Supremo já derrubou a tese da revisão, sob o entendimento de que o segurado não tem o direito de optar pela regra que lhe for mais favorável. A decisão, contudo, foi tomada em outro processo, que tratava sobre o fator previdenciário.

No recurso do **INSS**, a expectativa é que os ministros definam como ficará a situação dos aposentados que já entraram na Justiça ou conseguiram decisões favoráveis para a correção do benefício. (AE)

Site:

<https://digital.jornalnh.com.br/edicao/imprensa/15455/03-04-2024.html?all=1>

Adiado julgamento sobre a revisão da vida toda

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), adiou o julgamento do recurso do **INSS** contra a chamada "revisão da vida toda" das aposentadorias, marcado inicialmente para hoje. Segundo a assessoria do tribunal, o adiamento foi realizado a pedido do relator, ministro Alexandre de Moraes. Em seu voto, ele foi favorável aos aposentados.

Não há previsão para o tema voltar à pauta.

No mês passado, o Supremo já derrubou a tese da revisão, sob o entendimento de que o segurado não tem o direito de optar pela regra que lhe for mais favorável.

A decisão, contudo, foi tomada em outro processo, que tratava sobre o fator previdenciário.

No recurso do **INSS**, a expectativa é que os ministros definam como ficará a situação dos aposentados que já entraram na Justiça ou conseguiram decisões favoráveis para a correção do benefício.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12218/02-04-2024.html>

Projeto obriga assinatura física para liberar empréstimo - COLUNA DO APOSENTADO

STEPHANIE TONDO

Um novo projeto de lei está dando o que falar entre os idosos e beneficiários do **INSS**. De acordo com o texto do projeto, os bancos não poderão liberar o empréstimo consignado sem a presença física do contratante. Isso é válido para quem tem 60 anos ou mais. O projeto de lei 46/24 é de autoria da deputada Flávia Morais e o intuito da parlamentar é evitar fraudes envolvendo essa parcela da população. O novo projeto também prevê sanções, que variam de advertência, multa e até encerramento de atividades para quem descumprir. A medida divide opiniões.

O empréstimo consignado do **INSS** é uma linha de crédito que oferece mais vantagens em relação às demais. A taxa de juros é mais barata, pois o desconto das parcelas acontece diretamente da conta, trazendo mais segurança para quem está ofertando, já que o risco de inadimplência é quase inexistente.

Hoje em dia, diversos são os bancos e instituições que ofertam essa modalidade, dando preferência ao público que recebe algum benefício do **INSS**.

Além disso, existem contratações facilitadas, por aplicativos, canais de atendimento, que requerem assinatura digital ou biometria.

E, por conta disso, a deputada criou o projeto de lei 46/24, pensando nas inúmeras fraudes que isso pode ocasionar para os idosos. De acordo com ela: "A oferta de crédito consignado a pessoas idosas por meios digitais e telefônicos, embora em grande parte louvável, também acaba possibilitando novas formas de abusos e fraudes".

Caso o projeto seja aprovado, a oferta de crédito terá que ser apenas com assinatura física do contratante maior de 60 anos. Isso gerou uma repercussão, pois, se por um lado as fraudes diminuiriam, por outro, limitaria muito a contratação, visto que os idosos com mais de 60 anos nem sempre possuem condições físicas de enfrentar um atendimento bancário presencial.

O projeto chegou à Comissão do Idoso no dia 29/02 e

aguarda votação. Após, segue para a Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Depois, ainda precisa passar pela aprovação do Senado Federal e Presidência da República.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube, João Financeira, e meu perfil no Instagram, @ joaofinanceiraoficial.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12218/02-04-2024.html>

Empregador doméstico não pode mais 'abater' INSS do trabalhador no IR e deixa de deduzir R\$ 1,4 mil ao ano

Beatriz Araujo

Esse é o quinto ano consecutivo em que o empregador não pode mais 'abater' no Imposto de Renda parte da contribuição de **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) feita ao trabalhador doméstico que contrata. Se o benefício ainda estivesse em vigor, tendo como base o salário mínimo, a dedução poderia ser de R\$ 1,4 mil ao ano. A estimativa é do Instituto Doméstica Legal, que atua em prol da prorrogação da medida como forma de fomento à regularização destes trabalhadores - que segue em baixa.

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

Receba as principais notícias direto no WhatsApp! Inscreva-se no canal do Terra

A contribuição do **INSS** ao trabalhador é feita de duas formas. Por parte do empregado, há o desconto direto no holerite que varia de 7,5% a 14%, de acordo com seu salário, que é direcionada ao montante que tem como objetivo garantir uma futura aposentadoria. Já por parte do empregador, há uma alíquota única de 8% que deve ser paga para complementar o benefício .

"O que o empregador restitui é a contribuição dele que aparece somente na guia do E-social: 8,8% que ele vai restituir, sendo 8% do **INSS** e 0,8 do seguro de acidente do trabalho", explica o especialista em Emprego Doméstico e presidente do Instituto Doméstica Legal, Mario Avelino, ao Terra .

Desta forma, não há nenhuma perda ao trabalhador, mas há um incentivo financeiro para que quem o contrata o regularize .

"A lógica é simples, se eu diminuo o custo da formalidade, eu terei mais empregadas formais", acredita o especialista.

Há 11 anos, completados nesta terça-feira, 2, a Constituição Federal foi alterada para estabelecer igualdade de direitos trabalhistas aos trabalhadores

domésticos. A ' PEC das Domésticas ', como ficou conhecida, melhorou a vida de muitos profissionais e abriu caminho para diversos avanços. Mas, na prática, ainda há um déficit na regularização destes profissionais.

No Brasil, dos 6,03 milhões de trabalhadores domésticos, 4,6 milhões ainda seguem na informalidade - e apenas 1,4 milhão atuam de maneira formal. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao quarto trimestre do ano passado.

Ainda de acordo com a pesquisa, 91% desses trabalhadores domésticos são mulheres -- em sua grande maioria negras, com média de idade de 49 anos. No geral, a média do salário é de R\$ 1.146, menos de um salário mínimo.

Segundo estimativas do Doméstica legal, dos informais, cerca de um 1,5 milhão seriam empregados que trabalham mais de dois dias, que deveriam ter carteira assinada e não tem .

Comparando com registros de 1999, a realidade segue similar: dos 6,4 milhões de trabalhadores domésticos, 4,5 milhões eram informais e 1,7 milhões formais, também segundo dados da PNAD.

Quando o empregado doméstico deve ter carteira assinada?

O profissional que trabalha mais de dois dias (ou seja, três) da semana na mesma casa é caracterizado como empregado doméstico e deve ter sua atuação regularizada pelo que consta na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). São trabalhadores domésticos faxineiros, motoristas, jardineiros, babás, cuidadores de idosos e afins.

A irregularidade vai contra a legislação vigente. O contratante que não assina a carteira de trabalho de seu empregado doméstico está passível de multa por infração à legislação do trabalho doméstico, segundo a Lei nº 12.964/2014 .

Já quem trabalha até dois dias por semana na mesma residência é considerado diarista - e, nesse caso, não é obrigatória a carteira assinada. O diarista, profissional autônomo, é uma categoria inclusa no sistema de Micro Empreendedora Individual - MEI.

Não renovaram

Entre 2007 e 2019 o empregador tinha acesso a essa dedução. Mas a última renovação do benefício tributário foi em 2014, por mais cinco anos - se encerrando em 2019, ano em que a gestão Bolsonaro não deu sequência à medida.

Com o rompimento do incentivo aos empregadores de trabalhadores domésticos, articulações políticas do Doméstica Legal, como conta Avelino, fez com fosse aprovado um projeto de lei no Senado, o PL 1.766/2019 , sobre a questão. Porém, desde dezembro de 2020 o projeto aguarda ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados em regime de urgência.

O último encaminhamento registrado na Câmara é de que o PL chegou à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) em 20 de março deste ano. O que se espera, agora, é o parecer do relator, Mário Negromonte Jr. (PP-BA).

Qualquer cidadão pode votar na enquete da proposta, à favor ou não. Até a publicação desta matéria, 98% dos votos são referentes à opção 'concordo totalmente'.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/empregador-domestico-nao-pode-mais-abater-inss-do-trabalhador-no-ir-e-deixa-de-deduzir-r-14-mil-ao-ano,5a1076ac6d0716a77b9a0b73595b9079qdayx41w.htm>

|

Seletivo, um tributo em atitude suspeita - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília Escreve às quartas-feiras.

E-mail lu.aiko@valor.com.br

Em meio à refrega travada pelo governo para ajustaras contas públicas primordialmente pela via do aumento das receitas, circula no mercado o receio que o Imposto Seletivo, criado na **reforma tributária** aprovada em 2023, venha a ser utilizado como um reforço da arrecadação. É um receio infundado, segundo afirmou fonte da área econômica à coluna.

Esse temor surge num contexto de gastos crescentes por parte do governo, apontou a diretora de macroeconomia do banco Santander, Ana Paula Vescovi, no evento "Caminhos do Brasil", promovido por Valor, "O Globo" e rádio CBN. Num quadro assim, os **impostos** são os grandes financiadores, observou.

Embora a Emenda Constitucional (EC) 132, que contém a reforma, traga garantias de que a carga dos novos **tributos** sobre o consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será igual à dos **tributos** que estão substituindo, Vescovi questiona até que ponto o Seletivo não pode ser uma brecha para financiar atividades do governo.

O Seletivo é hoje a maior fonte de incerteza e especulação em relação à **reforma tributária**, relatou o professor titular de direito financeiro da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Torres no mesmo evento. Não há certezas em relação a ele, afirmou.

O risco de ser convertido em um tributo arrecadatário nem é a principal dúvida em relação ao Seletivo. A maior incerteza está na definição do que são "bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente", cuja comercialização ou importação estará sujeita a esse tributo. Até água em excesso pode fazer mal à saúde, argumentou o professor. E haverá quem diga que uma dose de vinho faz bem, completou Vescovi.

Essa definição estará em uma proposta de lei complementar que o governo pretende encaminhar ao Congresso em meados deste mês. As alíquotas do Seletivo, conforme a EC 132, serão fixadas em lei

ordinária.

Como o Imposto Seletivo não existe no Brasil, sua chegada gera o "medo do desconhecido", avaliou à coluna o professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos.

Existe, porém, um padrão estabelecido para esse tributo ao redor do mundo. É cobrado sobre bebidas alcoólicas, tabaco e, em alguns países, combustíveis fósseis. Por isso, é chamado de "imposto do pecado". Seu propósito principal não é arrecadar, e sim desestimular o consumo desses produtos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que deu origem à EC 132, deixava muito claro que o Seletivo teria um caráter extrafiscal, comentou Vasconcelos. Ou seja, não teria natureza arrecadatária. Porém, a redação foi alterada no Congresso Nacional e essa referência desapareceu.

O Seletivo brasileiro não é exatamente igual ao de outros países. Aqui, será cobrado sobre a extração, algo possivelmente inédito no mundo. É uma complexidade a mais. Vasconcelos questiona se a extração de lítio para produzir baterias para equipamentos médicos pode ser considerada prejudicial à saúde.

Há ainda conflitos no desenho do tributo. Por exemplo: se a cobrança deve ser feita sobre o volume de bebida ou por seu teor alcoólico. Segundo Vasconcelos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a referência seja o teor alcoólico. No Brasil, porém, esse é um ponto que ainda é discutido.

Um integrante do governo afirmou que seria ilógico tentar usar o Seletivo para arrecadar mais. Listou duas razões.

A primeira é que, da arrecadação do Seletivo, 60% pertencerão a Estados e municípios. Assim, um eventual aumento desse imposto beneficiaria mais os entes subnacionais do que a União. Não faria sentido o governo federal enfrentar o desgaste político de propor um aumento do Seletivo, pois ficaria com a menor parcela das receitas.

O segundo está numa das regras de transição. A EC

132 diz que, até 2033, a arrecadação do Seletivo que ultrapassar as receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que deixará de ser cobrado fora da Zona Franca de Manaus será integralmente convertida em redução da CBS. Ou seja, não haveria ganho para a União.

Como informou a repórter Jéssica SantAna, deste jornal, o governo prepara dois projetos de lei complementar para detalhar a **reforma tributária**: o que tratará do IBS, da CBS e do Seletivo e o que determinará o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. Paralelamente, os Estados elaboram dois projetos de lei ordinária, um para regular o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e outro do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Para elaborar as propostas, os técnicos ouviram representantes do setor privado. Um integrante admitiu que não foi possível receber todos os interessados. Porém, mesmo após o envio das propostas ao Congresso, ficará aberto o canal de diálogo com o Ministério da Fazenda.

O jogo de pressões para obter tratamento tributário privilegiado está só começando. Todo cuidado será pouco para evitar que o esforço de décadas por uma **reforma tributária** simplificadora se perca. Poucos duvidam dos benefícios dessas mudanças para a economia brasileira, mas há uma difícil travessia à frente.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831?page=1§ion=1)**

Fazenda diz que grandes empresas pagam zero de IR

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que existem grandes empresas no Brasil que há anos pagam zero de Imposto de Renda.

Mello defendeu a correção dessas distorções no sistema tributário brasileiro e acenou que o ganho de arrecadação da reforma da renda a ser enviada ao Congresso ao longo deste ano pode ser usado para diminuir a carga tributária da folha dos pagamentos das empresas ou dos **impostos** sobre o consumo (bens e serviços).

"Há anos, existem grandes empresas que pagam zero. Zero. Existe um conjunto de regimes especiais, compensações, incentivos que criam uma distorção. Às vezes você vê um grande conglomerado internacional pagando alíquotas [efetivas] ínfimas e empresas do Simples pagando mais", disse o secretário.

Essas distorções incluem o planejamento tributário que as empresas fazem para diminuir o pagamento de **impostos**, que fazem com que, na prática, a alíquota efetiva dos **impostos** sobre a renda seja bem mais baixa do que a alíquota nominal de 34% cobrada no Brasil.

Segundo Mello, em 2024 será mais difícil aprovar a **reforma tributária** da renda por causa da necessidade de votação dos projetos de regulamentação da **reforma tributária** dos **impostos** sobre o consumo. Mas o secretário disse esperar o avanço da reforma da renda em 2025.

Segundo ele, uma política bem feita de desoneração da folha, alinhada com o que tem de melhor na literatura sobre o tema, vai ajudar a melhorar esse quadro.

O secretário do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, adiantou que o projeto de desoneração da folha (enviado pelo governo para substituir a (MP) Medida Provisória que reonerou a tributação de 17 setores da economia), caso aprovado, poderá servir de experimento inicial para a redução dessa tributação.

A redução do custo tributário das empresas sobre os salários é uma das principais demandas do setor

produtivo no Brasil e vem sendo cobrada pelos parlamentares para ser apresentada com a reforma da renda.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/03-04-2024-edicao-24799/>

Reforma tributária, heranças e doações: o que era ruim está prestes a piorar

Andreia Alves

A **Reforma Tributária** está trazendo mudanças significativas, como amplamente divulgado e debatido. Porém, um tema em particular afetará diretamente os contribuintes pessoa física: o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Progressividade do ITCMD

Atualmente, o ITCMD é composto por alíquotas até o limite de 8%, em sua maioria fixas, estabelecidas autonomamente por cada estado brasileiro, como é o caso de São Paulo (4%) e Minas Gerais (5%).

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, a Constituição Federal passou a prever a progressividade das alíquotas do ITCMD (artigo 155, parágrafo 1º, inciso VI da CF/88) cuja adoção será obrigatória pelos estados da federação.

Essa nova legislação busca redistribuir a carga tributária, estabelecendo alíquotas que aumentam de acordo com o valor dos bens ou direitos transmitidos, até o limite máximo previsto. Na prática significa dizer que quanto maior o patrimônio, maior a tributação, afetando especialmente as famílias com patrimônios mais significativos.

ITCMD no Estado de São Paulo

Alguns estados já estão se movimentando para adequar suas legislações à nova regra da **Reforma Tributária**. É o caso do Estado de São Paulo, que apresentou Projeto de Lei no. 07/2024 à Assembleia Legislativa (ALESP), propondo um regime de alíquotas progressivas para o ITCMD que varia de 2% a 8%.

Os parlamentares justificam o aumento progressivo argumentando que o sistema atual beneficia os mais ricos em detrimento dos menos favorecidos. No entanto, essa justificativa parece ser mais política do que social, já que, na prática, o objetivo é o aumento da arrecadação.

É de se ressaltar que inúmeros imóveis atualmente se encontram em situação irregular e muitos inventários judicializados não são concluídos, devido à incapacidade dos contribuintes de pagar o ITCMD.

Muitas vezes, para pagar o tributo, é necessário vender parte dos bens, o que significa que os herdeiros precisam renunciar ao patrimônio acumulado pela família ao longo de décadas, enfrentando alíquotas já pesadas, adicionais aos **impostos** sobre outros aspectos da vida.

Uma Reflexão Crítica sobre a Progressividade e Justiça Fiscal

A introdução da progressividade nas alíquotas do ITCMD, conforme proposta, abre um importante debate sobre justiça fiscal e efetividade tributária.

Se, de fato, a intenção do legislador é proteger os menos favorecidos e assegurar que a tributação seja equitativa, então, uma abordagem diferenciada se faria necessária. Uma estrutura de alíquotas que inicie com faixas de isenção ou alíquotas minimizadas para bens de menor valor poderia representar uma solução mais justa, considerando a realidade socioeconômica dos beneficiários.

Adicionalmente, a consideração do duplo critério - valor do bem versus renda do beneficiário - poderia mitigar os impactos sobre aqueles que, embora herdem bens de valor considerável, não possuem a liquidez necessária para arcar com uma tributação elevada, sem comprometer sua subsistência.

Essa discussão se aprofunda quando observamos o perfil diversificado dos contribuintes afetados pela reforma. Enquanto algumas famílias enfrentam dilemas sobre a manutenção de seu patrimônio, empresários e empreendedores, já significativamente onerados pelo sistema tributário brasileiro, se veem diante de mais um desafio.

Esse cenário não apenas questiona a equidade das medidas propostas, mas também sinaliza para os efeitos potencialmente desincentivadores sobre a geração de riqueza e investimento no país.

Janela de Oportunidades

Muito se tem falado sobre uma janela de oportunidades, considerando que o projeto de lei só entrará em vigor em 2025.

Primeiramente é importante destacar que, embora

possa ter sugestão de alteração da redação original e debates, o mais provável é que a proposta seja aprovada como está, já que representa grande vantagem aos cofres públicos.

Diante desse iminente aumento tributário, é legítimo buscar formas de economia. No entanto, dada a magnitude do impacto financeiro que isso pode acarretar nos projetos patrimoniais e sucessórios, além da mudança de forma na gestão do patrimônio é imprescindível agir com cautela, realizar análises minuciosas e considerar todas as possibilidades disponíveis.

É fundamental entender que cada família é única, e não há uma fórmula que atenda igualmente a todos. É necessário encontrar soluções que não apenas visem a economia tributária, mas também levem em consideração os interesses e objetivos de cada família detentora de patrimônio.

Progressividade do ITCMD

Atualmente, o ITCMD é composto por alíquotas até o limite de 8%, em sua maioria fixas, estabelecidas autonomamente por cada estado brasileiro, como é o caso de São Paulo (4%) e Minas Gerais (5%).

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, a Constituição Federal passou a prever a progressividade das alíquotas do ITCMD (artigo 155, parágrafo 1º, inciso VI da CF/88) cuja adoção será obrigatória pelos estados da federação.

Essa nova legislação busca redistribuir a carga tributária, estabelecendo alíquotas que aumentam de acordo com o valor dos bens ou direitos transmitidos, até o limite máximo previsto. Na prática significa dizer que quanto maior o patrimônio, maior a tributação, afetando especialmente as famílias com patrimônios mais significativos.

ITCMD no Estado de São Paulo

Alguns estados já estão se movimentando para adequar suas legislações à nova regra da **Reforma Tributária**. É o caso do Estado de São Paulo, que apresentou Projeto de Lei no. 07/2024 à Assembleia Legislativa (ALESP), propondo um regime de alíquotas progressivas para o ITCMD que varia de 2% a 8%.

Os parlamentares justificam o aumento progressivo argumentando que o sistema atual beneficia os mais ricos em detrimento dos menos favorecidos. No entanto, essa justificativa parece ser mais política do que social, já que, na prática, o objetivo é o aumento da arrecadação.

É de se ressaltar que inúmeros imóveis atualmente se encontram em situação irregular e muitos inventários judicializados não são concluídos, devido à incapacidade dos contribuintes de pagar o ITCMD.

Muitas vezes, para pagar o tributo, é necessário vender parte dos bens, o que significa que os herdeiros precisam renunciar ao patrimônio acumulado pela família ao longo de décadas, enfrentando alíquotas já pesadas, adicionais aos **impostos** sobre outros aspectos da vida.

Uma Reflexão Crítica sobre a Progressividade e Justiça Fiscal

A introdução da progressividade nas alíquotas do ITCMD, conforme proposta, abre um importante debate sobre justiça fiscal e efetividade tributária.

Se, de fato, a intenção do legislador é proteger os menos favorecidos e assegurar que a tributação seja equitativa, então, uma abordagem diferenciada se faria necessária. Uma estrutura de alíquotas que inicie com faixas de isenção ou alíquotas minimizadas para bens de menor valor poderia representar uma solução mais justa, considerando a realidade socioeconômica dos beneficiários.

Adicionalmente, a consideração do duplo critério - valor do bem versus renda do beneficiário - poderia mitigar os impactos sobre aqueles que, embora herdem bens de valor considerável, não possuem a liquidez necessária para arcar com uma tributação elevada, sem comprometer sua subsistência.

Essa discussão se aprofunda quando observamos o perfil diversificado dos contribuintes afetados pela reforma. Enquanto algumas famílias enfrentam dilemas sobre a manutenção de seu patrimônio, empresários e empreendedores, já significativamente onerados pelo sistema tributário brasileiro, se veem diante de mais um desafio.

Esse cenário não apenas questiona a equidade das medidas propostas, mas também sinaliza para os efeitos potencialmente desincentivadores sobre a geração de riqueza e investimento no país.

Janela de Oportunidades

Muito se tem falado sobre uma janela de oportunidades, considerando que o projeto de lei só entrará em vigor em 2025.

Primeiramente é importante destacar que, embora possa ter sugestão de alteração da redação original e debates, o mais provável é que a proposta seja aprovada como está, já que representa grande

vantagem aos cofres públicos.

Diante desse iminente aumento tributário, é legítimo buscar formas de economia. No entanto, dada a magnitude do impacto financeiro que isso pode acarretar nos projetos patrimoniais e sucessórios, além da mudança de forma na gestão do patrimônio é imprescindível agir com cautela, realizar análises minuciosas e considerar todas as possibilidades disponíveis.

É fundamental entender que cada família é única, e não há uma fórmula que atenda igualmente a todos. É necessário encontrar soluções que não apenas visem a economia tributária, mas também levem em consideração os interesses e objetivos de cada família detentora de patrimônio.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/reforma-tributaria-herancas-e-doacoes-o-que-era-ruim-esta-prestes-a-piorar,52928013c2df4b303ec3a11f766c7028kv1z3prw.htm>
|

Desenrola já renegociou R\$ 37,5 bilhões e agora tem novo prazo - JOSÉ OSMANDO

JOSÉ OSMANDO

Desde que foi lançado, em 17 de outubro de 2023, o programa Desenrola, do Ministério da Fazenda, já renegociou dívidas no valor de R\$37,5 bilhões, beneficiando mais de R\$12,2 milhões de pessoas, na maior ação de regularização financeira já ocorrida em toda a história do país.

Esses números certamente se alterarão de 31 de março para cá, quando o governo apresentou o balanço geral do programa e anunciou sua prorrogação até 20 de maio deste ano. Esse novo prazo começou a vigorar nesse dia 1º de abril.

RESULTADOS

O êxito do Desenrola é extraordinário. E o resultado, além de tirar a corda do pescoço de milhões de brasileiros, permite que, pagando suas dívidas, eles retornem ao mercado, voltem a realizar suas compras e seus negócios, reaquecendo a economia brasileira, que até 2022 vinha num processo visível de paralisia e endividamento.

Essa presença de pessoas que quitaram suas dívidas, e voltaram a ter influência no aumento do consumo assusta alguns segmentos do mercado, analistas econômicos e até mesmo gente do Copom, do Banco Central. Eles sustentam que essa euforia pode levar de volta à **inflação**, e por essa razão, dizem eles, precisa ser **contida**. O fato altamente relevante é que a economia nacional saiu da apatia e está tendo sua vitalidade devolvida. A indústria voltou a produzir, os empregos reaparecem e os salários estão dando sinais de melhoria.

QUEM SE BENEFICIA

O Desenrola, que está sendo operacionalizado na plataforma do Serasa e agências dos Correios e Plataforma gov.br, nessa sua nova fase de prorrogação até 20 de maio, está acolhendo as renegociações de dívidas de pessoas inseridas na faixa 1, ou seja, quem deve até dois salários mínimos, ou quem está inscrito no CadÚnico.

Abrange, também, aqueles cujas dívidas não ultrapassem R\$20 mil e que tenham sido negativados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. As dívidas

podem ser bancárias, como as com cartão de crédito ou empréstimo, ou também aquelas geradas em outros setores, como as contas em atraso de energia, água e comércio, por exemplo.

PLATAFORMA

A Plataforma do Desenrola Brasil disponibiliza a lista de dívidas que poderão ser negociadas no Programa, o desconto ofertado pelo credor e a respectiva situação de cada uma delas. Tudo acessado de forma rápida e segura com sua conta do gov.br.

As negociações são feitas totalmente por meio digital, com uma navegação intuitiva e rápida, garantindo agilidade, comodidade e conveniência para a regularização dos seus débitos. As dívidas são quitadas com renegociação dos valores, valendo-se o devedor de descontos que podem chegar a 96%, ou parcela o total do débito em até 60 vezes, com juros subsidiados.

ALGUÉM PRECISA PARAR NETANYAHU

"Acontece em guerras". Essa foi a manifestação de indiferença e menosprezo do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, diante da morte brutal de sete funcionários de uma ONG dirigida por um chef espanhol, que junto à ONU, realizavam uma operação humanitária de distribuição de alimentos para palestinos na faixa de Gaza. Foram mortos por armas disparadas por soldados israelenses.

ATUAÇÃO DA ONG

A ONG da Espanha, a World Central Kitchen, é uma instituição internacionalmente reconhecida por sua atuação de amparo a pessoas em situação de risco em várias partes do planeta, tendo sido homenageada por Barack Obama.

Vinha sendo um dos principais fornecedores de comida à população da Faixa de Gaza, que desde outubro passado é vítima de um genocídio brutal determinado pelo dirigente de Israel.

Site: <https://jornal.meionorte.com/?goto=impresso/pdf>

Desenrola: governo federal prorroga até 20 de maio - VALMIR FALCÃO

VALMIR FALCÃO

O programa "Desenrola", criado pelo governo federal para a renegociação de dívidas das famílias brasileiras, começou a operar no dia 17 de julho de 2023, onde autorizava as instituições financeiras e não financeiras, negociarem dívidas das pessoas endividadas, o que resultou em benefício e ou negociação de dívidas de 14 milhões de usuários.

Esta medida do Governo Federal com vistas a renegociar dívidas atende uma grande parte da população do Brasil, podendo chegar a 70 milhões de brasileiros. A inadimplência chegou a patamares estratosféricos: gastos excessivos, parcelamento da fatura do cartão de crédito, conta negativa, uso do limite do cheque especial, dívidas com concessionária de água e luz, telefonia, estabelecimento de ensino, etc.

A crise econômica, a pandemia, responsável pelo desemprego, a **inflação**, bem como a falta de controle financeiro das famílias ocasionou este elevado índice de inadimplência, a mudança exige mudanças de comportamento e consumo, mas, com disciplina e planejamento é possível pagar as contas em dia e, ainda, juntar dinheiro.

A prorrogação se deu através de uma Medida Provisória - MP nº 1.211 publicada no Diário Oficial da União - DOU na última quinta-feira, dia 28 de março para a faixa 01 em devedores com renda bruta de até dois salários mínimos ou que estejam inscritos no Cadastro Único (CadÚnico).

Algumas vantagens ao longo do Programa Desenrola é para quem tem duas ou mais dívidas (mesmo com diferentes credores) disponíveis para negociação na plataforma, ou seja, é poder juntar todos os débitos e fazer uma só negociação pagando à vista em um único boleto ou PIX ou financiando a prazo o valor total no bando de sua preferência.

No início do programa começou com os principais bancos retirando, de forma automática, 10 milhões de registros de dívidas de até R\$ 100,00 do cadastro dos inadimplentes. Esse compromisso foi um pré-requisito estabelecido pelo governo para que os grandes bancos pudessem participar do Desenrola. Logo após, teve início as negociações de dívidas bancárias feitas

diretamente pelos bancos credores com pessoas com renda até R\$ 20 mil. Essa faixa se encerrou em dezembro último.

A renegociação dos débitos será feita por meio de uma plataforma digital. Para isso, o devedor entrará no sistema com seu login do portal gov.br escolhendo uma instituição financeira inscrita no programa para fazer a renegociação e selecionar se o pagamento será feito à vista ou número de parcelas. O devedor precisa escolher um banco inscrito no programa para fazer a renegociação.

As ofertas de negociação foram incluídas no mega feirão serasa, uma parceria com os ECT - Correios, dada a sua capilaridade, com atendimentos presenciais para renegociação de dívidas em mais de seis mil agências dos Correios de todo o Brasil.

Além de excluir as pessoas da lista de negativados, outra ideia do governo é impulsionar a economia, objetivando, com isso, acelerar o potencial de consumo da população.

Site: <https://odia.presslab.com.br>

Sonegadores na mira

AMANDA KAROLYNE *redacao@grupojbr.com*

Um grupo especializado em sonegação fiscal, que movimentou R\$ 43,7 milhões, foi alvo da Operação Identidade Dobrada da Polícia Civil do Distrito Federal nesta terça-feira, em ação realizada pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária (DOT), do Departamento de Combate ao Crime Organizado (Decor).

A ação visava desarticular o grupo, que estava causando prejuízo aos cofres públicos do Distrito Federal.

Além do crime de sonegação fiscal, os suspeitos vão responder por integração em organização criminosa ou associação criminosa, falsidade de documentos e lavagem de dinheiro. A investigação, que durou meses, identificou um casal de empresários de Uberlândia (MG) como pivô do esquema. Outros envolvidos residem em Valparaíso de Goiás (GO) e Maringá (PR).

Se condenados, podem pegar até 30 anos de prisão.

Segundo a PCDF, na operação foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão em residências dos envolvidos, no escritório de contabilidade que prestava serviços ao casal de empresários e em outros locais. Participaram da ação cerca de 30 policiais civis do Distrito Federal, Minas Gerais e Paraná.

A operação não realizou buscas nos endereços das empresas envolvidas no esquema, já que eram empresas fantasmas e só existem no papel. As diligências realizadas possibilitaram à PCDF recolher provas para fortalecer os indícios contra os investigados, identificar outros envolvidos no esquema, verificar o destino dos valores sonegados, apreender bens e valores para ressarcir os cofres públicos e concluir o inquérito policial.

Dez anos de atuação Foram dez anos de atuação do grupo no DF com as empresas fantasmas criadas com documentos falsos - inclusive carteiras de identidade - para sonegar **impostos**.

Segundo o delegado Leonardo de Castro, diretor da Decor, o esquema funcionava da seguinte forma: empresários de Uberlândia criaram uma empresa fantasma no DF para simular a passagem de mercadorias de grãos pelo DF. Mas quando as mercadorias supostamente passavam pelo DF, elas

geravam um crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que não era recuperado.

"E quando os órgãos do DF procuravam essa empresa para fazer a cobrança desses **impostos**, essas empresas não quitavam os **impostos**."

Por serem empresas fantasmas, não tinham patrimônio e eram criadas em nome de laranjas" explica.

A PCDF dará andamento à investigação para identificar todos os envolvidos no esquema e concluir o inquérito policial. Ontem, segundo o delegado, alguns bens dos indivíduos identificados já foram apreendidos. "E as investigações continuam para investigar os patrimônios dos investigados, para serem encaminhados à justiça e que sejam revertidos para quitação dos **impostos** devidos", detalha a corporação.

A investigação, que durou meses, identificou um casal de empresários de Uberlândia (MG) como pivô do esquema. Outros envolvidos residem em Valparaíso de Goiás (GO) e Maringá (PR).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17536>

Projeto de IR traz mudanças para empresas

Jéssica Sant"Ana e Lu Aiko Otta De Brasília

O projeto de lei que altera o Imposto de Renda (IR) sobre aplicações financeiras, a ser enviado pelo governo ao Congresso Nacional nos próximos dias, vai trazer mudanças que afetarão as empresas, investidores não residentes e os investimentos em renda fixa, além das aplicações em bolsa de valores - conforme mostrado pelo Valor na segunda-feira. É um capítulo antecipado da reforma da renda, que busca uniformizar regras e eliminar gargalos nos mercados financeiro e de capitais.

No caso das empresas, a principal novidade é permitir a dedutibilidade das perdas decorrentes de operações com derivativos com finalidade de proteção (hedge) no exterior feitas no mercado de balcão (fora das bolsas tradicionais). Atualmente, só há essa permissão para operações realizadas em bolsas, mas muitos derivativos só são negociados em mercado de balcão, o que dificulta o uso desse instrumento pelas empresas brasileiras.

O projeto vai propor que seja aplicado o mesmo tratamento tributário para os contratos negociados no mercado de balcão, desde que sejam registrados e praticados a preços de mercado. O texto também vai zerar a alíquota de imposto sobre a renda na fonte nessas operações. Ou seja, se houver perdas na operação, a empresa poderá abater na apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Se houver ganhos, poderá remeter o lucro na fonte sem incidência de IR.

Segundo técnicos do governo, a medida vai beneficiar principalmente exportadoras, que, para aplicar em hedge de derivativos no mercado de balcão, precisam utilizar suas subsidiárias. Era uma demanda antiga do setor, explica uma fonte. "A medida ainda contribuirá para o aumento das possibilidades do financiamento das empresas brasileiras por meio de instrumentos de mercado, proporcionando uma melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis e contribuindo para o crescimento econômico e a geração de emprego", diz a exposição de motivos do projeto de lei obtido pelo Valor.

Outra novidade será em relação aos chamados "corporate venture capital", fundos de investimento utilizados por empresas para aplicar em startups, por exemplo. O projeto deixará claro que há tributação da variação da cota patrimonial todo mês das empresas

que investem nesses fundos, computando a variação nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. Há empresas que alegam que não há essa tributação, então o texto fechará essa lacuna.

Caso o fundo tenha um bem imóvel ou participação societária, a tributação acontecerá somente na liquidação do ativo pelo fundo. "Essa previsão elimina insegurança jurídica em investimentos de empresas em fundos estruturados, como FIDC (e.g. antecipação de recebíveis) e FIP (e.g. corporate venture capital)", explica o texto da exposição de motivos do projeto.

Outro capítulo tenta trazer segurança jurídica ao investidor não residente ou domiciliado em país incluído, ou excluído da lista de jurisdições de tributação favorecida. A nova regra vai permitir que ele aplique o tratamento tributário do período em que seu país de domicílio não era listado dessa forma. Também haverá trechos uniformizando a aplicação do conceito de jurisdição favorecida para outros dispositivos da **legislação tributária**. As mudanças buscam eliminar dúvidas sobre o procedimento de migração de um regime para outro.

O governo também tenta solucionar questões enfrentadas no mercado de capitais no passado, como a inclusão de um país na lista de paraísos fiscais. No conceito de paraíso fiscal, passam a ser incluídos países que impõem sigilo a informações.

Em relação à renda fixa, o projeto consolida regras sobre títulos de crédito públicos e privados, como certificados de depósitos bancários (CDB), debêntures, notas comerciais e outros, sem trazer grandes mudanças de mérito.

Uma novidade será a dispensa de retenção de IRPF na fonte dos intermediários de derivativos, como swap. A regra valerá para bancos, corretoras, distribuidoras, seguradoras, empresas de factoring e securitizadoras. Bolsas e entidades de liquidação e compensação responsáveis por infraestruturas de mercado também serão dispensadas da retenção de IR na fonte do IRRF.

"Em todas essas hipóteses, o IRRF era mera antecipação do IRPJ, ficando mantida a incidência regular desse tributo", diz a exposição de motivos do projeto.

Texto permite dedutibilidade de perdas com operação de hedge com derivativos no exterior feita em mercado

de balcão

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831>

Eficiência tributária e alocações em FIDO - PALAVRA DO GESTOR

Pedro Breviglieri é sócio-gerente de estruturação de produtos da Empírica E-mail pbreviglieri@empirica.com.br

Nos últimos meses, uma série de mudanças regulatórias movimentaram o mercado de capitais, visando reformar a estrutura tributária e o ambiente regulatório de alguns produtos financeiros. Essas mudanças impactaram diretamente produtos que ofereciam vantagens tributárias, como fundos exclusivos, certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agro negócio (CRA), os quais passaram por ajustes significativos em suas normas. Entretanto, diante dessa reconfiguração, investidores e originadores têm buscado alternativas, o que deve acelerar o crescimento do mercado de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), que já vinha em franca ascensão.

O mercado de crédito estruturado demonstrou uma evolução notável nos últimos anos, e os FIDC são um bom exemplo dessa tendência. De acordo com dados da Anbima, de dezembro de 2013 a dezembro de 2023, o mercado de FIDC registrou uma taxa média anual de crescimento de 11%, alcançando um patrimônio líquido (PL) de R\$442 bilhões ao final de 2023. Esse crescimento, que ganhou impulso principalmente a partir de 2019, foi brevemente interrompido no início da pandemia, mas retomou seu ritmo acelerado a partir de 2021.

Um olhar comparativo entre o mercado de FIDC e a indústria de fundos de investimento como um todo revela uma expansão impressionante. Enquanto o patrimônio líquido consolidado da indústria de fundos cresceu 1,6 vez ao longo da última década, o do mercado de FIDC multiplicou-se por 2,7 vezes no mesmo período.

Com as mudanças regulatórias recentes, o crescimento do mercado de FIDC pode se acelerar ainda mais nos próximos anos, pelas razões que explicamos melhor a seguir. Tributação de fundos exclusivos A implementação de "come-cotas" para fundos exclusivos de condomínio fechado, estabelecida pela Lei 14.754/23, tem gerado uma crescente procura por produtos que possam ser mais eficientes tributariamente, como os FIDC. A perspectiva de adiar o pagamento de **impostos** até a amortização e resgate torna-os mais atrativos,

trazendo - mantendo-se tudo o mais constante - resultados superiores pós-**impostos**, se comparados com fundos sujeitos ao come-cotas, que são tributados semestralmente.

Para manter uma tributação diferenciada, vários fundos exclusivos fechados que investem em cotas de FIDC que eram originalmente Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (FIC FIM) têm sido transformados em FIDC de Cotas (os FIC FIDC), o que foi facilitado pela Resolução 175 da CVM.

Em vigor desde outubro de 2023, a nova norma modernizou o marco regulatório de fundos e flexibilizou as exigências para os FIDC de Cotas. Anteriormente, a Resolução CVM 356 era bastante restritiva quanto à composição da carteira de ativos dos FIDC de Cotas, exigindo uma alocação mínima de 95% do patrimônio líquido em cotas de FIDC. A Resolução 175 tornou a gestão de caixa desse produto mais viável, ao reduzir essa alocação mínima para 67%, o que proporcionou uma maior flexibilidade na gestão dos aportes, amortizações e resgates desses fundos.

Como os FIDC de Cotas podem evitar o come-cotas, sua utilização pode tornar a alocação em FIDC ainda mais vantajosa em comparação com outras aplicações, aumentando os recursos disponíveis para investimentos nesse produto. Restrições à oferta de CRI e CRA A resolução 5.118/24 do CMN impôs restrições à oferta de CRI e CRA, levando originadores e investidores a buscarem alternativas. Originadores não vinculados aos setores imobiliário ou agropecuário, como instituições financeiras, têm encontrado limitações para a constituição de CRI e CRA, direcionando seus recebíveis para outros veículos de securitização. Além disso, a redução na oferta de CRI e CRA tem favorecido debêntures incentivadas e outras opções que ofereçam rendimentos após **impostos** mais altos, como é o caso dos FIDC.

Para exemplificar essa migração de demanda, consideremos um cenário hipotético. Anteriormente, digamos que um CRI proporcionasse um rendimento de 10% ao ano, isento de **impostos**. Diante da escassez de CRI com esse nível de rendimento, um investidor poderia buscar alternativas tributáveis, como

os FIDC, que ofereceriam um rendimento de 11,75% ao ano. Mesmo com a tributação, esse retorno se equipara ao que o investidor obterá em um CRI.

Essas novidades regulatórias e a expectativa de queda nas taxas de juros ao longo de 2024 devem beneficiar o mercado de FIDC com uma demanda ainda mais robusta do que a ocorrida em 2023, que bateu o recorde de novos fundos e PL desde a criação desse produto em 2002.

Pedro Breviglieri é sócio-gerente de estruturação de produtos da Empírica E-mail
pbreviglieri@empirica.com.br

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831>

Dólar fica estável em dia de ação do Banco Central

PAULO RENATO NEPOMUCENO

O dólar comercial se manteve ontem acima dos R\$ 5, ainda refletindo a preocupação dos investidores com um possível adiamento do início do ciclo de corte dos juros nos Estados Unidos. A moeda encerrou a R\$ 5,0582, com uma leve queda de 0,02%. Esse patamar, atingido na segunda-feira, não era visto desde outubro do ano passado.

A leve variação negativa da divisa americana ocorreu no mesmo dia em que o Banco Central fez um leilão extraordinário de 20 mil contratos de swap cambial, que equivale à venda futura de dólares, no total de US\$ 1 bilhão.

Segundo analistas, esse movimento já era esperado.

- Não foi um "leilão surpresa", portanto, não tem muito impacto direto. A atuação serviu para dar uma amenizada na volatilidade e conter alguma demanda mais específica -disse João Vitor Freitas, analista da Toro Investimentos.

IBOVESPA SOBE 0,44%

Adriano Yamamoto, chefe comercial da corretora institucional do C6 Bank, tem a mesma avaliação. Ele afirma que o swap promoveu uma ajuda pontual, mas o mercado se ajustou conforme os indicadores americanos divulgados ontem, que reforçaram a avaliação de que a economia dos EUA continua aquecida.

Em fevereiro, foram abertas 8,8 milhões de vagas, contra 8,7 milhões em janeiro. Já as encomendas à indústria aumentaram 1,4% no mesmo mês, depois de terem recuado em dezembro e janeiro.

Isso pode levar o Federal Reserve (Fed, o BC americano) a adiar o início dos cortes de juros, hoje no intervalo entre 5,25% e 5,5%. O temor é que uma economia aquecida pressione a **inflação**, que o Fed quer levar a 2%. Em fevereiro, o indicador ficou em 3,2%.

Por outro lado, a presidente do Fed de São Francisco, Mary Daly, e a de Cleveland, Loretta Mester disseram ainda esperar que a autoridade monetária promova três cortes de juros este ano -ainda que não haja

pressa para isso.

Hoje, as atenções do mercado estarão voltadas para o pronunciamento do presidente do Fed, Jerome Powell, na Universidade de Stanford.

Uma taxa de juros mais alta nos EUA, ao mesmo tempo em que, no Brasil, os juros vêm caindo, leva investidores a saírem de mercados emergentes, como o nosso, para colocarem seus recursos no mercado americano.

Já o Ibovespa encerrou em alta de 0,44%, aos 127.548 pontos, puxado pelos papéis de Petrobras e Vale.

Preocupações geopolíticas quanto à oferta global de petróleo, depois do bombardeio de uma representação diplomática iraniana na Síria, fizeram o preço do barril do tipo Brent fechar no maior patamar desde outubro: US\$88,92, alta de 1,72%.

Com isso, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 2,72%, a R\$ 39,61, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 2,58%, a R\$ 38,62. As petrolíferas 3R e Prio também fecharam em alta, de 0,73% (a R\$ 33,34) e 1,36% (a R\$ 49,05), respectivamente.

Analistas avaliam que indicadores recentes da economia chinesa mostram aquecimento, o que pode levar a segunda maior economia do mundo a elevar seu consumo de minério de ferro. Com isso, a Vale avançou 1,18%, a R\$ 61,94.

-Os índices da economia chinesa vinham bem negativos - disse Yamamoto, ressaltando que qualquer melhora contribuiu para movimentar o mercado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Ideal é que servidor atinja topo da carreira em 20 anos', defende Dweck

Edna Simão, Gabriela Pereira e Fernando Exman De Brasília

Caiu como uma bomba no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) a notícia que a cantora Madonna faria um show em Copacabana no primeiro fim de semana de maio. "Eu falei: 'Meu Deus do céu'", contou, aos risos, a ministra Esther Dweck ao Valor, quando comentou sua reação ao receber a notícia. Nada contra a "rainha do pop". Mas um espetáculo desse porte, complementou, poderia criar transtornos para os milhares de inscritos no Rio de Janeiro para o Concurso Nacional Unificado (CNU), já apelidado de "Enem dos Concursos". "Mas depois vimos que não afeta. É no dia anterior [ao exame]."

A pasta segue a todo o vapor nos preparativos e, mesmo sem a coincidência de datas, a notícia gerou uma reação. A ministra enviou uma mensagem para todas as prefeituras dos 220 municípios onde serão realizadas as provas no dia 5 de maio, pedindo que não promovam grandes eventos no dia do concurso. Para o governo federal, o ideal é que autoridades e forças de segurança dessas localidades se concentrem na realização do concurso que selecionará mais de 6 mil servidores para diversos órgãos federais.

A expectativa do governo para o concurso é grande. Especialistas alertam para a necessidade de que, dada a decisão de preencher vagas, o governo discuta formas de aumentar a eficiência do Estado sem abandonar a responsabilidade fiscal. Já a ministra reitera que a despesa com pessoal no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se manter abaixo dos 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) e, além disso, que sua pasta está debruçada em diversas iniciativas para melhorar o serviço público e aprimorar as carreiras do funcionalismo. Acrescenta que o governo pretende realizar novos concursos para contratação de até 10 mil servidores até o fim do mandato de Lula, inclusive com a possibilidade de realização de um novo "Enem dos Concursos" até 2026.

Para especialistas ouvidos pela reportagem, o ideal seria o governo realizar uma reforma administrativa antes de acelerar a realização de novos concursos. Isso porque poderia aproveitar a redução dos gastos com pessoal, que caiu de 4,3% para 3,4% do **PIB**

entre 2018 e 2023, para já implementar essas medidas na contratação dos novos servidores.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Nos governos anteriores do PT, havia uma preocupação grande com o fortalecimento do Estado e a realização de concursos. Isso mudou nos governos seguintes, com a restrição fiscal e a transformação digital. Qual a sua avaliação sobre o serviço público que a atual administração recebeu e o que espera até o fim do governo Lula 3?

Esther Dweck: Os governos Lula e Dilma, em mandatos anteriores, vinham de um período de baixo concurso, de pouca valorização de servidores. Quem estudou na universidade pública na década de 90 sabe o quanto ela estava precarizada. Não tinha concurso nem tanta gente. E isso valia também para os órgãos. Ficamos um grande período sem concurso, uma parte por pressão orçamentária, mas também pelo discurso da grande transformação digital. Mas essa fala é um pouco falaciosa. Você precisa de menos pessoas de fato para fazer serviço, mas não significa que não precisa de pessoas. Quando a gente chegou [após a posse em janeiro de 2023] era uma carência muito grande em várias áreas, o que gerava incapacidade [do Estado] no cumprimento de seu papel e um círculo vicioso das pessoas reclamando que o serviço está sendo mal feito, mas também não tem gente suficiente para fazer. Quando entramos, o pedido [dos ministérios e órgãos] era de 80 mil vagas. Não vai dar para atender isso nem em cinco mandatos.

Valor: O que então estão fazendo para suprir essa necessidade ?

Dweck: Estamos fazendo análises de dimensionamento da força, ou seja, uma análise dos cargos vagos. É transformar cargos que estão vazios que nunca serão preenchidos porque não é mais interesse do setor público nesses cargos que estão faltando. Fizemos isso na administração direta, em alguns ministérios. A área ambiental está pedindo, e a educação, também.

"A estabilidade dá para o Estado uma proteção que a pessoa pode denunciar"

Valor: Existe grande demanda por concursos na educação. Há previsão de contratação?

Dweck: A educação, institutos e universidades têm uma regra própria e quem autoriza é o MEC [Ministério da Educação]. Nem passa pela gente. O que fazemos é ampliar o orçamento. Eles têm um processo muito bom para poder repor conforme tem a aposentadoria, saída de alguém, só que tem um limite orçamentário. A regulação é feita pela área econômica ou pelo limite orçamentário que tem. No ano passado, autorizamos 9 mil vagas para áreas que não eram dos institutos, de universidade, mas também autorizamos mais 5 mil para as universidades e institutos. Alocamos um orçamento a mais para eles poderem fazer [essa ampliação de vagas].

Valor: O concurso para essas vagas adicionais deve sair neste ano também?

Dweck: Provavelmente, mas são concursos muito pulverizados. Cada universidade faz o seu.

Valor: Como está a discussão de prolongamento das carreiras, um tema sempre apontado por especialistas e por aqueles que criticam o fato de o servidor chegar rapidamente ao salário máximo?

Dweck: Devem sair em breve as diretrizes para alongamento das carreiras. A ideia é segurar mais [a progressão e os salários] na entrada porque para alguns casos é muito elevada, mas, para outros, está tudo certo e não precisa ser aumentada. Estamos fazendo o trabalho de transformar cargos, pensar quais são as carreiras mais prioritárias e organizá-las. Fazer grupos de carreiras pela remuneração, aquelas que consideramos equivalentes em termos de complexidade, de responsabilidade, de atratividade em relação com o setor privado.

Valor: Qual é a média de progressão para atingir o topo da carreira?

Dweck: Há muitas carreiras com 13 níveis e que, em tese, era para ser um ano e meio a progressão. Na prática, acaba sendo um ano. Então, por isso que estava chegando em 13 anos. Outras são 20 níveis e com uma diferença salarial de menos de R\$ 2 mil entre o início e o fim. Estamos organizando isso. Dependendo de como se faz isso, o impacto orçamentário é muito grande. A gente não vai conseguir fazer o ideal em pouco tempo, é algo para ser feito no médio e no longo prazos.

Valor: O que seria ideal?

Dweck: O ideal é que o servidor atinja o topo da carreira em 20 anos. Obviamente que a pessoa que já

está com 15 ou 20 anos de serviço público começa a ocupar cargos [de confiança, com remuneração adicional], tendo um aumento salarial que vai para além da progressão. Estamos discutindo que o critério para a progressão não seja única e exclusivamente o tempo de serviço. Isso é algo que estará na portaria que soltaremos. O ideal são carreiras com mais tempo para chegar no topo e mais alongadas.

Valor: Qual outro critério, por exemplo?

Dweck: As pessoas precisam trabalhar em áreas que sejam prioridades do governo, que são áreas mais difíceis, locais de difícil acesso. Isso pode ser um critério de progressão. Estamos fazendo algumas discussões, mas não temos critérios definidos.

Valor: A portaria também vai tratar de critérios de alocação, incentivos, progressão, produtividade, metas de avaliação? Esses são temas importantes quando se discute que tipo de serviço público se pretende ter.

Dweck: Vai ter uma diretriz, não vai estar nada concreto ainda. Essa é uma portaria de diretrizes para as carreiras. Qual é a lógica? Que quando os ministérios precisarem de alteração das suas carreiras, o que precisa ser feito por lei, levem em consideração esses critérios.

Valor: Há espaço para atender outras categorias com bônus de produtividade? O que deve ser considerado para eventual liberação?

Dweck: Temos que ter clara uma meta institucional, uma da unidade e outra individual. Hoje não tem uma métrica para fazer isso. Pensamos que, neste momento, não vai mais ter bônus para ninguém porque ainda não temos um método para fazer isso. Em nenhuma categoria que estamos negociando, estamos aceitando propostas de bônus. Estamos desenvolvendo o sistema, uma metodologia. Os servidores que trabalham muito gostariam que as pessoas soubessem o quanto trabalham.

Esta é uma coisa que tem o valor de criar uma cultura mais positiva, mas também não é punitivo.

Valor: Além disso, a avaliação de desempenho pode confrontar a imagem de que no serviço público não se demite?

Dweck: Sobre a discussão da estabilidade, já existe demissão frequente no serviço público, mas em geral associada a algum tipo de crime, malfeito. Há pouquíssimas por baixo desempenho. Tem gente que é demitida porque simplesmente parou de aparecer e é um caso, inclusive, de demissão sumária, rápida. Mas, para a pessoa que não está trabalhando bem,

não. Estamos pensando também em melhorar o estágio probatório para ser, de fato, um período em que é feita uma avaliação para ver quem está engajado, trabalhando e que vai poder contribuir. Há muitas coisas que precisam ser pensadas, sem mexer na estabilidade. A lógica da mexida da estabilidade que está na PEC 32 [reforma administrativa apresentada pelo governo Bolsonaro] é por questões fiscais. Nossa preocupação maior é de se utilizar isso como um critério também político e de perseguição. A estabilidade dá para o Estado uma proteção que a pessoa pode denunciar, porque sabe que não vai ser demitida ou perseguida pelo chefe. Toda a lógica da estabilidade é de proteção do Estado. Na minha visão, tem que ser mantida.

Valor: Mantida para todas as carreiras típicas de Estado?

Dweck: Estamos estudando

quais carreiras precisam ter concurso, e a discussão sobre carreira típica de Estado é sem fim. É preciso dimensionar bem a força de trabalho e definir quais carreiras vão ser valorizadas, vão ter concurso. Os EUA, no governo [Joe] Biden, estão discutindo reforçar a estabilidade. Eles sabem que o fato de ser muito flexível tem um risco grande à democracia. Ainda tem uma coisa do dia a dia: os órgãos que têm carreira consolidadas, com uma certa estabilidade, funcionam melhor. Claro, muda o chefe da pessoa, muda a orientação política, mas não muda o dia a dia.

Valor: Quando tratam da PEC32, a senhora e outras autoridades do governo falam do viés fiscalista da proposta. No entanto, forças políticas no Congresso ainda defendem esse projeto de reforma administrativa como forma de reduzir o engessamento do Estado. Existe algum modelo de reforma administrativa capaz de fazer esse diálogo progredir?

Dweck: A PEC 32 tem viés de redução do Estado e de precarização do serviço público e, na prática, não entrega a redução de gastos que promete, ao contrário, promove um aumento com uma contrarreforma da Previdência para as forças de segurança. O que defendemos é ter um Estado mais efetivo no atendimento à população, acho que essa visão une a todos.

Valor: O governo vai avançar na discussão sobre a regulamentação dos supersalários? Quando?

Dweck: Do ponto de vista de racionalização dos gastos, penso que o PL dos Supersalários pode ter um efeito simbólico importante. Mas também temos apostado na transformação digital como uma forma muito eficaz de gerar uma melhora significativa da

qualidade dos gastos, muitas vezes, apenas com a integração de base de dados. Além disso, estamos fazendo um trabalho de dimensionamento da força de trabalho, prevendo o impacto da transformação digital.

Valor: A senhora acha que é preciso estabelecer uma taxa fixa ao ano de reposição de funcionários que deixam o serviço público?

Dweck: É difícil, porque há áreas em que você vai ter aposentadoria e não vai querer repor. Poderia ser estabelecido algo que impedisse de o órgão ficar em uma situação de penúria, como ficaram. Se eu fizer um percentual agregado por órgão, gera esse problema de reposição em uma carreira que não preciso.

"Os servidores que trabalham muito gostariam que as pessoas soubessem o quanto trabalham"

Valor: E ter uma regra permanente de reajuste de salário dos servidores?

Dweck: Poderemos ter isso quando tivermos organizado corretamente todas as carreiras. É um sonho ter uma tabela pactuada com todo mundo. Hoje em dia o reajuste linear é muito ruim. Nosso objetivo não é dar percentual de reajuste. Os 4,5% [para 2025 e 2026] não são lineares.

Valor: Mesmo neste contexto de um governo que está decidido a fortalecer o Estado, a sra. demonstrou preocupação com a questão fiscal. A previsão de o gasto com pessoal ficar por volta dos 4% do PIB se mantém ?

Dweck: Não vai passar de 4%. Não é nem que é uma meta, é que não vai acontecer por causa da restrição orçamentária. Falam que o governo está fazendo muita medida de receita e não faz de [redução de] despesa. Isso não é verdade. Co ocamos uma regra fiscal que é muito dura do ponto de vista da despesa. Tem um crescimento definido, que no máximo vai chegar a 2,5% mesmo que a receita bombe. A maneira como o governo propôs era que esses 2,5% fossem até nesse período que estamos recompondo o resultado primário, para que depois pudesse até ser um pouco maior. Não foi assim que passou no Congresso. Neste ano o cresci-

mento real é de 1,7%, abaixo de 2,5%, devido ao crescimento da receita. O que estamos fazendo é melhorar por dentro. Estamos fazendo um trabalho grande no dimensionamento de pessoal, na transformação tecnológica para melhorar a qualidade do gasto. Mas, no fundo, você tem uma grande medida de despesa que é colocar um teto de crescimento. Isso é uma medida gigantesca de

despesa.

Valor: O presidente Lula recentemente falou sobre a ideia de rediscutir no Congresso o assunto...

Dweck: É isso... quando estiver um pouco mais certa a questão da receita e do cenário fiscal, porque é o correto. O ponto do presidente é esse: quando a gente estiver equacionando o crescimento da receita e com isso conseguir ter uma trajetória fiscal clara, mas de médio prazo equacionada, por que não permitir que a despesa acompanhe pelo menos a receita? Era a regra anterior e que funcionou muito bem nos mandatos dele. A lógica do ministro [da Fazenda, Fernando] Haddad é colocar uma regra de despesa dura, com um teto, mas que precisa do crescimento da receita. Posso colocar uma regra muito dura na despesa, mas sozinha ela não vai fazer o trabalho. E aí ele foi "fechando as torneiras" que foram abertas na receita.

Valor: Com a prova marcada para o dia 5 de maio, o Enem dos Concursos recebeu mais de 2 milhões de inscrições. Qual é o balanço que já se pode fazer?

Dweck: Achamos que foi uma decisão muito acertada de fazer isso, por todos os números das inscrições, da representatividade. Ele ficou muito mais barato do que se eu fizesse vários concursos individualizados. E acho que conseguimos tirar a dúvida de como fazer um concurso unificado e cobrar conhecimento específico. Algumas áreas tiveram medo de entrar e não conseguiram ter servidores com aquele conhecimento específico na área, mas acho que isso foi dirimido pela maneira como foi organizado. Agora, estamos trabalhando muito na segurança.

Valor: O que pretendem exigir dos futuros servidores?

Dweck: Curso de formação quando entrarem, e nessas áreas que são mais transversais que a pessoa rode em um período de estágio probatório para também entender qual é a área que ela tem mais afinidade e possa ser selecionada pelo chefe. Uma ideia é que passem um tempinho nesse período de estágio probatório em um município bem pobre no Brasil para conhecer um pouco a realidade brasileira.

Valor: O governo planeja realizar um Enem dos Concursos em 2025 ou 2026?

Dweck: O difícil é juntar muitas vagas para fazer um novo concurso, mas estamos trabalhando para isso.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831?page=1§ion=1)**

Mercado de capitais bate nível recorde no crédito a empresas

Álvaro Campos De São Paulo

O mercado de capitais vem ganhando importância como fonte de financiamento das empresas brasileiras e, no ano passado, alcançou participação recorde na dívida corporativa. Apesar das mudanças de governos e ciclos econômicos, esse tipo de operação tem visto sua fatia crescer no volume captado pelas companhias nas duas últimas décadas, à medida que caem a fatia do BNDES e dos bancos.

Analistas afirmam que avanços regulatórios e o chamado "financial deepening" - quando os mercados ganham mais abrangência e volume - significam que esse é um caminho sem volta. No entanto, o Brasil ainda está longe da situação de países desenvolvidos, onde essas fontes de financiamento são bem maiores que o crédito bancário.

A participação de recursos provenientes do mercado de capitais na dívida consolidada das companhias, que era de 21,5% em 2012, praticamente dobrou para 42,4% em 2023, maior patamar histórico. Os dados fazem parte de novo estudo do Cenho de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe). Enquanto isso, a fatia do crédito bancário livre caiu de 42,8% para 37%, no mesmo período, e a dos recursos tomados no BNDES baixou de 28,2% para 10,2%, o menor nível desde o início da série, em 2005.

Olhando de uma forma mais abrangente, o mercado de capitais respondeu por 55,5% da captação doméstica líquida das empresas em 2023 - nesse caso, incluídas na conta não apenas emissões de títulos de dívida, como debêntures, mas também ofertas de ações. Nos últimos três anos, esse volume teve uma média de 63,1%, após cair muito em 2020 com a explosão do crédito bancário causada pelas medidas para combater os efeitos da pandemia de coronavírus.

Na primeira metade do ano passado, as operações no mercado ficaram quase paralisadas diante da crise provocada pelos casos Americanas e Light, o que explica a queda de participação em 2023. Houve uma retomada nos meses seguintes.

"O acelerado crescimento do mercado de capitais a partir de 2016 coincide com a redução da oferta de recursos subsidiados do BNDES e a queda das taxas

de juros de mercado, que atingem seu nível mínimo em 2021", diz Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe. Para ele, ao longo desse período, o BNDES deixou de ser um competidor para passar a explorar complementaridades e sinergias com os mercados de capitais.

Em 2018, entrou em vigor a Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a TJLP em operações do BNDES e é referenciada em taxas de mercado.

Rocca pondera que, apesar da crescente importância das operações no mercado de capitais, o Brasil ainda está longe do que se vê em países desenvolvidos. "Nos EUA, no Japão, no Reino Unido, os mercados de capitais são quatro, cinco vezes maiores que o crédito bancário", diz. "Existem razões para acreditar os padrões de transparência e governança das empresas participantes desses mercados criam condições para aumentar a eficiência econômica da alocação de recursos, contribuindo assim para elevar a eficiência funcional do sistema financeiro brasileiro." Desde as eleições de 2022, há receio de parte dos analistas de que o governo Lula (PT) possa novamente estimular os bancos públicos e que uma maior presença deles, especialmente do BNDES, poderia inibir as operações de mercado, como ocorreu mais fortemente entre 2012 e 2016. A gestão atual do BNDES, comandada por Aloizio Mercadante, vem sinalizando que vai ampliar os desembolsos de 1% do PIB para 2% até 2026.

Apesar disso, Claudio Gallina, diretor sênior de instituições financeiras da Fitch, afirma que houve um avanço na governança e que as administrações atuais dos bancos têm deixado claro que não farão nada que prejudique seus resultados. "Se um eventual crescimento do BNDES vai ofuscar outros mercados vai depender muito não só da expansão dele, mas do apetite dos "players" [competidores] privados, da taxa de juros interna, do ambiente externo", diz.

O BNDES afirma, em nota ao Valor, que não concorre com o mercado de capitais, e sim atua de forma complementar. No entanto, o banco ressalta que destina os desembolsos a projetos que contribuem para o aumento da capacidade produtiva do país, enquanto a maioria dos recursos do mercado de capitais são para capital de giro e refinanciamento de passivos - cerca de 60% do total. "Isso significa que a redução do BNDES e o aumento do mercado de

capitais pode gerar um efeito negativo na taxa de investimento", diz.

O banco estatal também afirma que há diferenças entre o perfil de seus desembolsos e dos feitos pelo mercado de capitais em períodos de crise. "Exemplo recente dessa distinção foi a crise das Americanas, em que houve uma aversão ao risco e o BNDES atuou de maneira decisiva na aquisição de debêntures incentivadas, com valores superiores a R\$ 16,5 bilhões (cerca de 25% das emissões) no ano passado." O BNDES ressalta que, além de adquirir os papéis como "forma de apoio financeiro às empresas", tem atuado como agente estruturador de emissões. "Dessa forma, contribui para o sucesso na atração de investidores, por meio da prestação de garantia firme, e para ancorar as emissões e dar liquidez ao mercado." Ainda assim, a atuação do BNDES no mercado de crédito privado foi alvo de críticas em algumas ocasiões, com agentes que atuam na estruturação de ofertas alegando que o banco estatal estaria ocupando um espaço que o mercado poderia preencher.

Eduardo Correia, professor do Insper, lembra que a restrição no uso da TJLP diminuiu a disponibilidade de linhas subsidiadas e, com isso, reduziu a chance de haver um "crowding out", ou seja, que empresas troquem captações privadas pelo crédito do BNDES. Ele tem uma visão semelhante à de Gallina. "Não acho que o BNDES voltará a ficar tão grande quanto era. Os mercados se desenvolveram muito no Brasil nos últimos anos. Mas tudo depende da trajetória mais longa para os juros, de ter um cenário mais claro para as empresas tomarem crédito", diz.

O economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, lembra que no ano passado os mercados de capitais foram afetados pelo caso Americanas e problemas com bancos médios nos EUA e o Credit Suisse, na Europa. "Houve um alívio no segundo semestre e a Selic começou a cair, mas ainda está em um patamar elevado".

A taxa de juros é, naturalmente, um fator que influencia a escolha das fontes de financiamento pelas empresas - e ela, por sua vez, está relacionada à trajetória da Selic. De acordo com Cemec, o custo de capital próprio das empresas tem forte correlação negativa com as ofertas de ações (-0,8642). Isso significa que, quando os juros caem, IPOs (sigla em inglês para ofertas iniciais de ações) e operações de "follow-on" (de empresas já listadas na bolsa) aumentam. A correlação com a emissão de debêntures também existe, mas é mais fraca (-0,5290).

"No período de 2012 a 2016 fatores negativos para o

desenvolvimento do mercado de capitais teriam combinado grande oferta de recursos subsidiados do BNDES, dirigido principalmente para empresas grandes com condições de acesso a esse mercado, ao mesmo tempo em que ocorre aumento da taxa de juros de mercado, aumentando dessa forma o diferencial de condições favoráveis às operações do BNDES", diz o estudo.

Na visão de Gallina, da Fitch, para o Brasil chegar a um nível de importância dos mercados de capitais como nos EUA ainda há uma "caminho longo pela frente". Segundo ele, o país tem avançado em termos de arcabouço regulatório, mas ainda precisa melhorar na segurança jurídica. "É preciso reconhecer que os reguladores vêm tomando atitudes corretas nessa linha de incentivar os mercados."

Correia, do Insper, ressalta que também é preciso avançar na proteção dos direitos de investidores minoritários. "Estudos do Banco Mundial mostram que, elevando o volume de crédito em relação ao PIB, isso contribui para o crescimento econômico. Óbvio que tem a questão da origem do crédito, e nisso o Brasil melhorou nos últimos anos, porque mesmo no crédito bancário os players privados têm sido mais ativos." André Magalhães, sócio de consultoria financeira da Deloitte, observa que o perfil financeiro de muitas empresas mudou no pós-pandemia. Ele diz que várias tiveram acesso a crédito fácil, mas não estavam acostumadas a operar de forma tão alavancada, e agora ainda lutam para refinar suas dívidas. "O que a gente observa neste ano é uma continuidade de uma dificuldade geral das empresas, que estão tentando fazer a gestão de caixa, buscando produtos para refinar suas dívidas", afirma. "No segmento bancário há crédito disponível, mas ao mesmo tempo os bancos estão mais seletivos." David Holanda, que também é sócio de consultoria financeira da Deloitte, aponta que muitas vezes o BNDES ou outras instituições regionais de fomento acabam entrando no mix de financiamento das empresas, ainda que com uma parcela menor. "A gente tem apoiado muitas empresas com novos investimentos e captações e às vezes alguns fundos constitucionais têm taxas 20%, 30% menores que o BNDES. Nunca é uma única fonte de financiamento, é sempre um mix, junto com os mercados de capitais. As debêntures de infraestrutura, por exemplo, têm ganhado uma relevância grande." A pesquisa do Cemec mostra que o exigível financeiro externo das companhias chegou a recorde de US\$ 372,5 bilhões em 2023. Ainda assim, Rocca afirma que o indicador não preocupa, já que o aumento recente é explicado em grande parte pela variação do câmbio e 71,1% do total são de empréstimos intercompanhias.

"Acelerada expansão dos mercados de capitais a partir

de 2016 coincide com a redução da oferta de recursos do BNDES" Carlos Rocca

"Estudos mostram que, elevando o crédito em relação ao **PIB**, isso contribui para o crescimento A " Il economico Eduardo Correia

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831>

Ex-diretores veem peso de transição nos juros

Victor Rezende De São Paulo

No momento em que o mercado tem precificado a política monetária em níveis ainda bastante restritivos, com uma Selic em torno de 9,75% neste ano, ex-diretores do Banco Central (BC) têm apontado para um ambiente em que a taxa básica de juros pode testar níveis mais baixos, mas com chances de uma redução no ritmo de flexibilização monetária a partir de junho. É o caso da ASA Investments, que projeta o juro básico em 8,5% no fim do ciclo, enquanto a Kapitalo espera uma queda da taxa a 9,5% e uma continuidade do ciclo no próximo ano, que leve a Selic a 8%.

"Eu tenho pensado em dois ciclos, o que tem a ver com a transição do BC. Óbvio que é difícil acertar o filme", diz o chefe de pesquisa da Kapitalo Investimentos, Carlos Viana de Carvalho, ao projetar uma desaceleração do ritmo de cortes a partir de junho e uma taxa de 9,5% no fim do atual ciclo, possivelmente em setembro. "E segue aberta a continuidade do ciclo no ano que vem, levando a Selic para um nível perto de 8%", afirma. As declarações foram dadas em painel sobre os rumos da política monetária durante evento do Bradesco BBI na tarde de ontem.

O cenário básico da Kapitalo parte da hipótese de que haja alguma distensão na política do Federal Reserve (Fed, BC americano) e de outros bancos centrais de mercados desenvolvidos. Assim, ainda há uma redução do diferencial de juros, mas parte é compensada pela queda de juros no exterior. E o outro fator tem ligação com a transição do comando da autoridade monetária. "O BC está comunicando que o plano de voo é parar em um nível contracionista. Acho que, depois, a pressão para que a política se torne menos contracionista vai acabar levando a uma distensão adicional." O também ex-diretor do BC e atual diretor de macroeconomia da ASA Investments, Fabio Kanczuk, avalia que o BC promoverá mais uma redução de 0,5 ponto percentual nos juros e, depois, irá desacelerar o ritmo de corte para 0,25 ponto. "Em vez de dois ciclos, vejo um ciclo só, que vai até 8,5%, diz. "O Fed começará a cortar também, em ritmo de 0,25 ponto a cada duas reuniões e não irá atrapalhar", afirma o economista, que, contudo, vê uma **inflação** "meio chatinha" que fica em torno de 4%.

Durante o painel, tanto Viana quanto Kanczuk opinaram sobre a condução da política monetária no Brasil à frente e sobre a possível composição futura da diretoria da autoridade monetária. Na visão do profissional da ASA, o próximo presidente do Banco Central será o atual diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

"O [presidente] Lula vai ficar atazanando para jogar os juros para baixo, mas ele [Galípolo] vai resistir da melhor forma possível", na visão de Kanczuk, que, contudo, vê pouca blindagem exercida pela autonomia do BC para eventuais pressões sobre o próximo chefe do BC. "Na hora de baixar juros, vai Congresso, presidente... é fácil juntar todo mundo e pedir para abaixar juros." Para Viana, a autonomia formal da autoridade monetária ajuda a evitar algumas pressões, mas pode influenciar o perfil de quem será indicado. "Quem foi indicado vai ser[alguém] da confiança do presidente. Sou preocupado com a transição por conta disso. A autonomia protege qualquer pessoa, então a escolha do nome vai ser relevante."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187831>

"Meta de inflação não fecha com Selic a 9% e desarranja câmbio"

Adriana Cotias De São Paulo

Com as projeções do mercado para o IPCA, entre 3,5% e 4%, e uma Selic perto de 9%, a meta de **inflação** para 2025 pode estar em xeque. Essa é uma discussão que pode ganhar força ao longo deste ano. O Banco Central (BC) precisa calibrar bem a política monetária sob o risco de desarranjar o câmbio e perder a batalha contra a alta dos preços na economia.

"A conta não fecha, a nossa meta é de 3%", disse André Raduan, sócio-fundador da Genoa Capital, ao participar de evento do Bradesco BBI ontem. Para ele, muitos agentes do mercado já normalizaram uma **inflação** entre 3,5% e 4% e se o BC referendar tal intervalo, "não vai parar nisso" e o IPCA pode ser até maior, "porque a política monetária é meio assimétrica." Mesmo diante de pressões políticas, ele não acha que o BC de Roberto Campos Neto vá por essa direção, considerando até os integrantes mais pró-corte de juros.

Raduan imagina que em algum momento, as estimativas de **inflação** do mercado no boletim Focus vão estar mais perto de 4%. Prosseguir com cortes de juros com a **inflação** acima da meta, seria um sinal ruim. "O câmbio vai andar, as pessoas vão olhara âncora monetária como menos poderosa." No curto prazo, ele acha que uma Selic de 9,75%, 9,5% é razoável, mas não dá para confiar que o próximo movimento seja de queda. "Se comprar [essa tese], o câmbio sofre bem, nós [Brasil] estamos com carregamento baixo, se apertar ainda mais com cara de "bad policy", o câmbio sofre." Embora o déficit em conta corrente esteja baixo, o país não tem atraído fluxos de capitais estrangeiros, continuou o gestor. "Não vejo grande espaço para apreciação [do real]." A visão de Raduan é que, se o dólar cai, é oportunidade de compra. Com a expectativa de um ciclo de afrouxamento monetário mais "raso" nos Estados Unidos, o fluxo estrangeiro tende a ficar longe de economias emergentes, a seu ver.

Uma redução mais forte de juros no Brasil seria um risco para o real, afirmou Carlos Woelz, sócio-fundador da Kapitalo. "Já vi inúmeros ciclos de política monetária no Brasil e nunca vi pararem em 10,25% ou 10%." O mais provável, disse, é que a Selic chegue a pelo menos 9,75% ao ano. No último encontro do

Copom, o BC baixou a taxa para 10,75%.

Para Woelz, o ponto final no ciclo monetário pode ficar para o próximo presidente do BC, já que Campos Neto encerra seu mandato no fim do ano. A leitura é que a autoridade monetária pode fazer uma pausa e deixar a discussão de ajustes adicionais para 2025.

Já Felipe Guerra, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Legacy Capital, disse estar otimista com a dinâmica inflacionária ao longo do ano e em 2025. Cortes de juros em países desenvolvidos devem permitir alguma redução adicional da Selic no Brasil, avalia. A China exportando deflação também contribui para isso.

O gestor comentou que não chegou a ficar otimista com o real, com projeções que chegaram a colocar a taxa de câmbio em R\$ 4,5 ou até abaixo disso em relação ao dólar. "A conta corrente está maravilhosa e o BC está intervindo no câmbio? Não parece ser tão boa assim, parece ter pouco "upside" [potencial de valorização para o real]." Com fluxo de dólares da safra agrícola neste mês, Guerra até vê a moeda brasileira se apreciando no curto prazo, "é uma janela para comprar dólar versus outros ativos brasileiros ou internacionais".

À medida que as taxas de juros recuem e com o canal dos títulos isentos sendo fechado, ele considera que a "hora da bolsa vai chegar", especialmente quando a Selic cruzar a fronteira de um dígito. "Em algum momento o brasileiro vai sair da febre dos isentos e alocar em bolsa, no crédito mais apimentado, como as debêntures não isentas", disse. "Estamos nos preparando para isso. O dólar é oportunidade para se proteger enquanto o fluxo não vem."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187831>

Previsão sobe para 1,89% neste ano

Andréia Verdélio

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 1,85% para 1,89%. A estimativa está no boletim Focus de terça-feira (2), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB** - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 4,95 para o fim deste ano.

No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5.

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerada a **inflação** oficial do país em 2024 permaneceu em 3,75%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Em fevereiro, pressionada pelos reajustes de mensalidades escolares, a **inflação** do país foi 0,83%, quase o dobro do mês anterior, janeiro (0,42%), de acordo com o IBGE. Em 12 meses, o IPCA soma 4,5%.

TAXA DE JUROS

Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros,

a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

O comportamento dos preços fez o BC cortar os juros pela sexta vez consecutiva. Em **comunicado**, o Copom informou que deverá fazer apenas mais uma redução de 0,5 ponto na próxima reunião, em maio, o que aumenta a chance de a autoridade pausar ou reduzir o ritmo de cortes a partir de junho.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Banco Central faz intervenção no dólar

O dólar fechou ontem a R\$ 5,05 após também ter registrado R\$ 5,05 na segunda-feira, o que representou o maior nível em seis meses. Em razão da elevação, o Banco Central anunciou intervenção no mercado de câmbio, fazendo um leilão adicional de até 20 mil contratos de swap cambial, alcançando 1 bilhão de dólares. A operação de venda de moeda norte-americana no mercado futuro assegura oferta para atender ao aumento da demanda, sendo possível controlar disparadas no preço, o que evitaria mais desvalorização do real.

Depois de fechar 2023 com queda de 8,08%, na casa de R\$ 4,85, o dólar acumulou nos três primeiros meses do ano uma alta de 3,34% ante o real. Uma parte dos analistas de mercado vê espaço para uma recuperação da moeda brasileira nos próximos meses, mas não a possibilidade de um dólar na casa dos R\$ 4,70. A divisa dos Estados Unidos foi impulsionada na segunda-feira por dados da indústria americana mais fortes que o esperado, o que puxou para cima o valor da moeda no mundo todo. O principal indutor da alta do dólar no trimestre passado foi a mudança das expectativas em torno da política monetária americana quanto ao primeiro corte no juro a ser feito pelo Federal Reserve (Fed), o "BC" americano. Essa iniciativa deve determinar o comportamento do real nos próximos meses.

A economista-chefe da Armor Capital, Andrea Damico, lembra que em dezembro a expectativa era que o Fed começaria a cortar os juros em março, com redução de 1,5 ponto percentual neste ano. Indicadores de atividade e de **inflação** acima do esperado nos EUA, somados a falas mais cautelosas de dirigentes do Fed, levaram investidores a mudar previsões e prever o corte inicial no juro somente para junho.

A OPERAÇÃO

A palavra "swap", que significa "troca" no idioma inglês, é um derivativo financeiro que promove simultaneamente a troca de taxas ou rentabilidade de ativos financeiros entre agentes econômicos. Por meio dele o Banco Central procura evitar movimentos disfuncionais no mercado de câmbio.

Depois de fechar 2023 com queda de 8,08%, na casa dos R\$ 4,85, a cotação do dólar acumulou nos três primeiros meses do ano uma valorização de 3,34% frente ao real.

Parte dos analistas do mercado de câmbio vê espaço

para uma recuperação da moeda brasileira nos próximos meses, mas não a possibilidade de um dólar na casa dos R\$ 4,70. Na segunda-feira a divisa chegou a valer R\$ 5,05, o maior nível em seis meses.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11037>

Focus mantém previsão de 9%

Após sinalizar redução no ritmo de cortes nos juros, o mercado manteve em 9% ao ano a média do Relatório de Mercado Focus para a Selic no encerramento de 2024 pela 14ª semana consecutiva. Em março o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) cortou a Selic pela sexta vez em meio ponto percentual, para 10,75% ao ano. O colegiado mudou a sinalização e indicou que o ritmo de queda segue sendo o mais apropriado para a próxima reunião, no singular e não no plural. O Copom, em nota, também repetiu que a magnitude total do ciclo de flexibilização depende da evolução da inflação.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11037>

Projeção do PIB aumenta e da inflação é mantida

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 1,85% para 1,89%. A estimativa está no boletim Focus de ontem - pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**), que é a soma dos bens e serviços produzidos no País, é de crescimento de 2%.

Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 4,95 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5.

Inflação - Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do País - em 2024 permaneceu em 3,75%. Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,51%.

Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo Banco Central.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e, o superior, 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de **inflação** estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

Taxa de juros - Para alcançar a meta de **inflação**, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024

em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano e se mantenha nesse patamar em 2026 e 2027. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-03-04-2024/>